

JORNADAS DE JUNHO:

REPERCUSSÕES E LEITURAS

CIDOVAL MORAIS DE SOUSA

ARÃO DE AZEVÊDO SOUZA

(ORGANIZADORES)



CIDOVAL MORAIS DE SOUSA
ARÃO DE AZEVÊDO SOUZA

JORNADAS DE JUNHO:
REPERCUSSÕES E LEITURAS



Campina Grande-PB
2013



Universidade Estadual da Paraíba

Prof. Antonio Guedes Rangel Junior | *Reitor*

Prof. José Ethan de Lucena Barbosa | *Vice-Reitor*



Editora da Universidade Estadual da Paraíba

Cidoval Moraes de Sousa | *Diretor*

Conselho Editorial

Presidente

Cidoval Moraes de Sousa

Conselho Científico

Alberto Soares Melo

Hermes Magalhães Tavares

José Esteban Castro

José Etham de Lucena Barbosa

José Tavares de Sousa

Marcionila Fernandes

Olival Freire Jr

Roberto Mauro Cortez Motta

Editores Assistentes

Arão de Azevêdo Souza

Antonio Roberto Faustino da Costa



Editora filiada a ABEU

EDITORA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

Rua Baraúnas, 351 - Bairro Universitário - Campina Grande-PB - CEP 58429-500
Fone/Fax: (83) 3315-3381 - <http://eduepb.uepb.edu.br> - email: eduepb@uepb.edu.br

Copyright © EDUEPB

A reprodução não-autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

A EDUEPB segue o acordo ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor no Brasil, desde 2009.

Editora da Universidade Estadual da Paraíba

Cidoval Moraes de Sousa | **Diretor**

Arão de Azevêdo Souza | **Editor Assistente de projetos visuais**

Antonio Roberto F. da Costa | **Editor Assistente de Conteúdo**

Design Gráfico

Erick Ferreira Cabral

Jefferson Ricardo Lima Araujo Nunes

Lediane Costa Furtuoso

Leonardo Ramos Araujo

Capa e Projeto Gráfico

Arão de Azevêdo Souza

Coordenação de Distribuição e Livraria

Júlio César Gonçalves Porto

Comercialização

Álison Albuquerque Egito

Divulgação

Zoraide Barbosa de Oliveira Pereira

Revisão Linguística

Elizete Amaral de Medeiros

Normalização Técnica

Jane Pompilo dos Santos

Depósito legal na Biblioteca Nacional, conforme decreto nº 1.825,
de 20 de dezembro de 1907.

FICHA CATALOGráfICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL - UEPB

303.484

S729j Sousa, Cidoval Moraes de.
Jornadas de junho: repercussões e leituras. [Livro eletrônico]. / Cidoval Moraes de Sousa; Arão de Azevedo Souza.
- Campina Grande: EDUEPB, 2013.
2.287kb – 107p.: il. color.

Modo de acesso: Word Wide Web < eduepb.uepb.edu.br>

ISBN 987-85-7879-172-8

1. Movimentos sociais. 2. Redes sociais. 3. Manifestações ocorridas no Brasil em junho de 2013. 4. Dispositivos midiáticos. I. Título.

21. ed. CDD

Apresentação.....	6
A grande rede e a explosão das ruas.....	8
<i>Roberto Amaral</i>	
Vem prá rua: os protestos de junho.....	13
<i>Orlandil de Lima Moreira</i>	
<i>Idalina Maria Freitas Lima Santiago</i>	
Brasil, 2013: reflexões e metáforas.....	22
<i>Otacílio Gomes da Silva Neto</i>	
A Geração 2.0 “faz a hora”, vai às ruas e sacode o país...28	
<i>Silvia Garcia Nogueira</i>	
Redes sociais e manifestações: mediação e reconfiguração na esfera pública	32
<i>Adriana Alves Rodrigues</i>	
Max Weber e as manifestações-de-rua na Paraíba.....	40
<i>Wellington Pereira</i>	
A “Primavera Acadêmica”: o mercado de artigos científicos.....	46
<i>Lilian Cristina Monteiro França</i>	
O gigante quis apenas dar um susto?.....	50
<i>Rui Leitão</i>	
Pichações internas	53
<i>Bruno Gaudêncio</i>	
A primavera brasileira: em pleno outono?	55
<i>Ivo Marcos Theis</i>	
As manifestações e as políticas públicas.....	62
<i>Renato Dagnino</i>	
Os protestos em nosso estado - a Paraíba foi cópia da cópia do original.....	68
<i>José de Souza Silva e Oliveira de Panelas</i>	
Manifestações no Brasil: uma referência de ação política integrada às novas tecnologias da informação....	84
<i>Thiago D’angelo Ribeiro Almeida</i>	
Somente um protesto	92
<i>Marcelo Gomes Germano</i>	
Junho 2013: a juventude nas ruas pra balançar as estruturas.....	98
<i>Nelson Aleixo da Silva Júnior</i>	

Apresentação

Leituras livres (e aprisionadas) das *Jornadas de Junho*

Cidoval Morais de Sousa
Arão de Azevêdo Souza
(Organizadores)

A presente coletânea torna público um conjunto de leituras livres sobre os fatos midiáticos como *Jornadas de Junho*, que marcaram o segundo semestre de 2013 em dezenas de cidades brasileiras, começando por São Paulo. A obra está fortemente influenciada por outra (*Cidades Rebeldes*) publicada no calor dos acontecimentos, pela *Editora Boi Tempo* em parceria com *Carta Capital*, em versão impressa e eletrônica, e como parte da coleção *Tinta Vermelha*, que tem por meta a publicação de livros de intervenção e teorização sobre os acontecimentos atuais.

Foi, na oportunidade, o primeiro esforço de articulação e organização de um conjunto de leituras e olhares, envolvendo autores nacionais e estrangeiros em temas que vão da questão urbana, passando pela mídia e a democracia. No nosso caso, mesmo não perdendo de vista os contextos nacional e internacional, buscamos olhar mais fortemente para as manifestações registradas na Paraíba.

A **EDUEPB** convocou autores paraibanos, acadêmicos e não acadêmicos, a expressarem leituras, opiniões, imagens, versos que, de algum modo, provocassem uma reflexão sobre o sentido das *Jornadas*. Não foram poucas as respostas que obtivemos e procuramos preservá-las tal e qual neste *eBook*, que permanece como obra aberta. Isso significa que a convocação/provocação continua no ar, esperando novas e criativas contribuições. Inauguramos com este projeto, na EDUEPB, o conceito de obra flexível, que se mantém em permanente processo de atualização e incorporação de novas leituras e reflexões, e que permite, também, aos autores, revisitarem periodicamente seus textos.

O que de fato queremos com este Projeto? Em primeiro lugar é preciso dizer que se trata de um projeto editorial e que, portanto, não é propriedade privada

dos organizadores. A proposta da **EDUEPB** é contribuir com o debate, dentro e fora da academia, sobre o significado das *Jornadas* para democracia brasileira. E a contribuição não se resume à disponibilização do eBook em diferentes portais e repositórios de obras com acesso livre. Integra o projeto um programa de debates com autores, comentadores, leitores, pensadores, políticos, movimentos sociais, em diferentes espaços institucionais, visando aprofundar, aperfeiçoar, questionar, criticar, reescrever as interpretações e enfoques aqui agendados.

Em segundo lugar, o que agendamos aqui é uma possibilidade de leitura crítica e plural da questão da participação política, que nos parece fundamental para a compreensão da crise, que experimentamos na contemporaneidade, da democracia representativa. Independente se pacíficas ou violentas, se sem bandeiras orgânicas ou vínculos ideológicos e partidários, se manipuladas e usadas pela grande mídia contra um projeto de poder, se festiva ou vândala, o certo é que os protestos de junho terão impactos significativos nos discursos, projetos e práticas políticas, da esquerda à direita, nos próximos anos.

Em nosso ver, e como bem demonstram os textos da coletânea da *Boi Tempo* e os que aqui reunimos, as manifestações deixaram um conjunto de questões abertas que não podem ser descuradas em qualquer esforço de leitura do tempo presente. Dentre elas, destacamos as cidades e suas condições de habitabilidade, compreendida aqui não apenas como a qualidade da unidade habitacional em si; mas, principalmente, como um conjunto integrado que inclui, na configuração urbana, a natureza posse da terra, a oferta de infraestrutura, equipamentos comunitários e serviços públicos, condições de higiene e salubridade e de acesso e mobilidade para todos os tipos de assentamentos precários. A questão, como se vê, vai além das tarifas dos transportes públicos.

Por fim, há muitas questões abertas em diferentes campos, como as relações ciência, tecnologia e sociedade; apatia e silêncio dos intelectuais, movimentos sociais e partidos políticos à esquerda; a questão da corrupção; da reforma política; do papel das redes sociais na articulação dos protestos; das novas lideranças políticas dos movimentos (quem são?, o que pensam?, o que querem); o significado de participação no contexto político atual; o lugar da mídia e da justiça na sociedade brasileira atual; as questões de gênero como estão colocadas nas políticas públicas; e a grande pergunta: para onde estamos indo? Temos esperança?

E, você leitor, sinta-se provocado a pensar sobre essas questões e a apresentar suas contribuições a esse debate.

Campina Grande, dezembro de 2013.

A grande rede e a explosão das ruas

ROBERTO AMARAL

As irrupções sociais não conhecem sismógrafos capazes de antecipá-las. Historiadores tentam recompor os fatos, mas não logram construir mais do que uma versão. Sociólogos e quejandos, profetas do pretérito, tentam explicar os fatos vencidos. Marx ensinava a dificuldade de compreender o contemporâneo.

Sabia-se que algo andava errado no império do Leste, mas ninguém conseguiu antever o colapso da União Soviética, o desmembramento de suas repúblicas, a inação do exército vermelho ante o golpe de Yéltsin. Aliás, sua ascensão só viria confirmar Marx quando nos lembra, no *18 brumário*, que “todos os fatos e personagens de grande importância na história do mundo ocorrem, por assim dizer, duas vezes: a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa. A saber, Lênin, Stálin e Yéltsin...

Nem mesmo a simbólica ‘queda’ - na verdade derrubada à força de marteladas - do ‘muro de Berlim’ foi prevista. Os economistas, principalmente os ‘videntes’ das agências disso e daquilo, incluindo o FMI, gostam de ditar os rumos futuros da economia, mas nenhum deles antecipou, embora se tratasse de crise cíclica, a implosão do sistema imobiliário-bancário norte-americano, precipitando a crise estrutural do capitalismo financeiro em sua fase monopolista e carregando consigo, além das falências da Espanha e da Grécia, as crises da Itália e da Irlanda. Levando, ademais, a União Europeia à estagnação que derrapa para a depressão.

Mas se o 11 de setembro de 2001 foi imprevisto, suas consequências não podem haver surpreendido o observador da cena internacional.

Tudo isso pode ser aplicado tanto ao *Occupy Wall Street*, quanto à ‘Primavera Árabe’ que termina, também imprevistamente (pelo menos os ‘especialis-

tas' em mundo árabe não nos avisaram), em uma ditadura militar sanguinária, que se oferece como alternativa à intolerância religiosa, mero pretexto para encobrir a escalada belicista imperialista, com o conveniente suporte de Israel e dos "democratas" saudistas, que está se assanhando para colocar em chamas o Oriente Médio. A propósito, com a mesma rede das mobilizações anteriores, a praça Tahrir permanece vazia, inane diante dos militares golpistas. Tudo isso pode ser igualmente aplicado à 'virada' da Catalunha (1977).

Varia, conforme o caso, o 'estopim' da irrupção - às vezes ele não é sequer identificado -, e o que fica de permanente é a emergência de novos atores e a surpresa dos analistas. Ora o estopim é um curto-circuito, ora uma gota d'água: o fato é que em poucos meses ou horas o comportamento da sociedade pode mudar. Em 24 de agosto de 1954, as massas que na véspera pediam a renúncia do Presidente Vargas foram às ruas pranteá-lo e agredir seus algozes. Pouco mais de dois anos após a consagração das ruas, Collor de Mello vê as mesmas massas exigirem seu impeachment.

Como, não sabemos, mas a política muda (que falem por nós as sondagens confiáveis ou não sobre a gangorra da popularidade dos prováveis candidatos ao Planalto em 2014), porque a sociedade muda, porque o pensamento muda. E as mudanças, se se operam lentamente no organismo social, elas irrompem sem aviso-prévio. São as chamadas 'mudanças bruscas', ou curtos-circuitos, derivados do trabalho silencioso do caruncho social, devorando ou costurando as entranhas do organismo político, sem dar sinais de seu trabalho. Um dia, sem se saber o porquê, a fortaleza desaba.

O maio de 1968, sem a internet, uma revolta estudantil que se estenderia a todo o mundo, inclusive ao convulsionado Brasil da ditadura e da "passeata dos 100 mil" e ao aparentemente imóvel EUA, irrompe em Nanterre e convulsiona Paris, quando se supunha que a França estava sendo governada por um tal grau de racionalidade que eliminava riscos.

O mesmo podemos dizer de nosso junho de 2013, que chega, já cansado, a este agosto. Ninguém previu sua eclosão, tanto quanto suas características e objeto. Aqui, o fracasso dos intérpretes é ainda maior, porquanto ainda não conseguiram, conseguimos, adiantar nem seu significado, nem muito menos suas consequências. Qual será seu saldo, além da reanimação da política, arrancada dos gabinetes de Brasília, dos escritórios de agiotagem da avenida Paulista e das

redações dos grandes conglomerados da imprensa, para as ruas, seu melhor e mais democrático espaço, quando livre das manipulações?

O máximo que se pode dizer é o que salta à vista, a saber, o decreto do fracasso do mandato eletivo na democracia representativa, cuja seiva é exatamente a ligação entre representante (mandatário) e mandante (eleitor). Este elo revelou-se partido. A decadência da vida parlamentar era sua melhor certidão. Daí a crise política haver atingido todos os escalões dos poderes da República, levando os políticos em geral e os parlamentares de modo especial, acossados pelo difuso brado das ruas, a pensar numa reforma política - que dorme no Congresso, legislatura após legislatura, desde 1985. Planalto, partidos, 'cientistas sociais mediáticos', OAB e CNBB, sindicatos... todos hoje concordam que o sistema eleitoral precisa ser passado a limpo. Como diria 'Dadá Maravilha', nosso filósofo original, todos concordam em identificar a 'problemática', mas não há o mínimo acordo quanto à 'solucionática', pois qualquer reforma porá em risco a renovação dos mandatos dos atuais legisladores e deles quase tudo se pode pedir, menos fazer haraquiri. Enquanto governo, Congresso e entidades ditas representantes da 'sociedade civil' não chegam a um denominador comum, fica evidente - e eis-me correndo o risco de uma previsão... - que o próximo Parlamento será pelo menos tão pouco representativo quanto o atual. E todos, amanhã, se declararão surpresos com o que vier acontecer...

O discurso antipolítica, antes e sempre tonitroado pela grande imprensa e por ela recolhido e ampliado nas manifestações, não foi um repúdio suicida ao gênero política (mesmo porque as manifestações foram uma explosão de interesse, sobretudo juvenil, pela política), mas a uma forma específica do fazer dos políticos, atual, medíocre, afastado dos interesses sociais e limitado ao jogo dos negócios pessoais e dos interesses de grupos empresariais em geral, a escada que leva à corrupção e à desmoralização do mandato. A grande imprensa, na verdade, não é contra a política, mas contra seu exercício pelos políticos (e sobretudo pelo povo) e não por ela, que da política pretende ter o monopólio. O que a sociedade requer é a legitimidade da representação política, o que os grandes meios pleiteiam é a posse do espaço político.

Estamos para ver os desdobramentos da ação das ruas, de sua conformação heterogênea e de seu discurso indefinido, refletindo, aliás, a sociedade real, uma sociedade cuja opinião se forma, e eis um dos fatos políticos mais importantes da última década, despartada do discurso dos grandes meios de comunicação.

Para além da obviedade, e este é o ponto que pretendo destacar, enxergo, no avanço das redes o anúncio da dispensabilidade da grande imprensa. Esta foi posta em xeque e se revelou descartável, tanto como órgão de informação quanto como formadora de opinião e mobilizadora de ações populares, que, se fazem às margens dos sindicatos e dos partidos, se fazem também ou principalmente à margem dos jornalões. Embora a televisão tivesse tentado sentar na sua garupa.

O fato novo, portanto, não é a existência da estrutura eletrônica explorada, ela está aí faz anos, e inexistiu no maio de 1968, mas a transformação qualitativa de seu uso, deixando de ser, entre nós, tão-só, o veículo quase mágico que dá suporte ao correio eletrônico ou às salas de bate papo. Como fator mobilizador, aliás, ela já havia demonstrado suas possibilidades na 'primavera árabe' e na contestação a Wall Street. Mas, penso que entre nós, para além desse seu papel mobilizador, a rede, principalmente em função da falência ética dos grandes meios, passou a constituir-se no mais importante – porque pulverizado e até aqui não-controlado – órgão de nossa imprensa, realmente livre, livre de controle ideológico porque permeada por todas as tendências do pensamento, e assim apta a veicular todas as opiniões, o que enseja o debate vedado pela imprensa ideologicamente monopolista.

O fato é que as redes sociais podem multiplicar os canais de informação, fazendo de cada cidadão o editor de seu próprio jornal, lido e visto por um espectro social muitas vezes mais amplo do que os instrumentos tradicionais da imprensa convencional, sem os condicionantes do poder público e do poder econômico.

A internet não é uma panaceia, lembremos; porém, nem é neutra, como não o é nenhuma tecnologia, nem é nossa salvação. É um meio em disputa.

Todos sabemos, por exemplo, onde estão seus controles, e o papel exercido por grupos como Google, Facebook, Microsoft e outros, e pelo governo norte-americano através da NSA. Mas as esquerdas, que não se prepararam para concorrer com os meios tradicionais, e o governo, que não teve pulso para conter o avanço monopolístico dos meios de comunicação e cujos meios são reprodutores da ideologia do monopólio, estarão caminhando para a tragédia se ignorarem seu uso.

Penso que a democratização da informação pela qual tanto lutam tantos brasileiros há tanto tempo (aproveito para prestar minhas homenagens à memória

de Daniel Herz e à perseverança de Guy Oliveira) começa a conhecer uma alternativa de médio prazo, capaz de enfrentar o monopólio da (des)informação e da opinião (pervertida, antinacional, antipovo) exercido pelos grandes conglomerados (dois ou três), potentados inexpugnáveis, verdadeiros Estados dentro do nosso Estado.

(Publicado em Carta Capital Online)

Vem prá rua: os protestos de junho

| ORLANDIL DE LIMA MOREIRA¹

| IDALINA MARIA FREITAS LIMA SANTIAGO²

Introdução

As manifestações de junho de 2013 apareceram como uma novidade na cena pública brasileira, constituindo-se em um acontecimento político de grande visibilidade, seja pela quantidade de pessoas que conseguiu juntar nas vias públicas, levando às ruas mobilizações de massa só vistas no Brasil nas décadas de 1980 e início dos anos 1990, com o *impeachment* do presidente Collor de Melo, seja pelo seu aparecimento na imprensa tradicional após as atrocidades da polícia nas primeiras manifestações do Movimento do Passe Livre (MPL) em São Paulo. A partir desse fato, a mídia passa a colocar o movimento em evidência, ao mesmo tempo em que tenta impor suas bandeiras ao movimento. Outro aspecto importante de tais manifestações diz respeito à perplexidade dos representantes políticos institucionais, assim como os representantes da sociedade civil organizada, ante a efervescência dessas manifestações.

Várias perguntas e questões surgiram em torno desse novo cenário político de mobilização social: Quais as motivações? Quem está organizando? Quem são os líderes? Como conseguiram juntar essa multidão? O que reivindicam? Quem são os participantes?

1 Sociólogo, Doutor em Ciências Sociais (área de Política), Professor da Universidade Federal da Paraíba no Centro de Educação.

2 Assistente Social, Doutora em Ciências Sociais (Área de Antropologia), Professora dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social e em Desenvolvimento Regional da UEPB.

Os protestos ocorridos nesse período levaram às ruas centenas de pessoas e agrupamentos políticos, tendo como principal característica a participação de cidadãos e cidadãs não inseridos nos tradicionais movimentos sociais. Constatou-se nos diversos atos a presença marcante da juventude, principalmente estudantes universitários e secundaristas. As reivindicações escritas em cartazes feitos à mão foi uma marca importante dos atos de protestos demonstrando a diversidade de posições e pensamento sobre a realidade brasileira, assim como a ausência de uma direção única e de lideranças de movimentos sociais já conhecidos no cenário político coordenando tais atos, como estávamos acostumados a presenciar em momentos anteriores.

Trata-se de um movimento que traz novidades para a cena política, por desencadear novas formas de ação e participação sociopolítica, tendo as redes sociais como uma das principais formas de mobilização cidadã e a juventude como um dos principais atores e protagonistas dos protestos. Tais momentos vislumbram, portanto, uma descontinuidade nos formatos de participação política, além de questionar os processos de representação da democracia representativa e mediação sociopolítica; demonstram, também, a falta de representatividade das instituições políticas governamentais e da sociedade civil.

As mobilizações e protestos aconteceram em diversas cidades do Brasil, em especial nas capitais dos estados e grandes cidades, mas conseguiram chegar também em cidades de médio porte. Na Paraíba, as maiores concentrações de participantes ocorreram em João Pessoa, capital do estado e em Campina Grande, a segunda maior cidade da Paraíba. Em outras cidades do interior paraibano a população também foi às ruas, o que demonstra o alcance das mobilizações de junho em todo o país. Em João Pessoa aconteceram três atos, sendo o maior no dia 13 de junho com cerca de 30 mil pessoas e na semana seguinte com duas mil pessoas segundo a imprensa local.

O presente artigo pretende refletir sobre tais manifestações, no sentido de poder analisá-las e buscar entender o seu significado político num período em que os movimentos sociais e seus agentes políticos, assim como os partidos políticos do campo da esquerda, não têm conseguido mobilizar a sociedade para a luta política e social. Trata-se de analisar a composição social dos participantes nas manifestações de junho e o seu impacto político no cenário sociopolítico do Brasil.

“Vem pra rua”: manifestações e protestos de junho

Aproveitando um jingle de uma propaganda da empresa de automóvel FIAT veiculada pela televisão, a partir de uma música do grupo musical O Rappa, uma das palavras de ordem que mais se ouviu em todo o Brasil, nas diversas manifestações ocorridas foi “vem pra rua”. De fato, a população veio pra rua, para o desespero visível dos nossos representantes políticos, assim como de algumas organizações da sociedade civil, visto que essa forma de ação política parecia ter sido retirada da agenda política das organizações e movimentos sociais. Nas últimas décadas, em decorrência das conquistas democráticas, a rua deixa de ser um espaço de ação política, ganha maior fôlego a participação nos espaços institucionais (Conselhos, conferências, plenárias etc.), onde as organizações da sociedade civil e movimentos sociais buscavam incidir nas políticas públicas.

O que se verificou ao longo desse processo de participação, com foco nos espaços institucionais, foi a presença de vários limites, seja no campo político, com a resistência dos governantes, seja no âmbito das conquistas e melhorias das condições de vida, com o frágil desenvolvimento de políticas públicas e sociais. Do ponto de vista político, os canais e espaços de participação institucionais foram contaminados e aprisionados pela democracia representativa, sendo refém de uma cultura política clientelista e patrimonialista. Em relação a melhorias das políticas públicas, apesar de alguns avanços, não significou uma mudança que tivesse um impacto nas condições de vida da maioria da população, continuando os problemas relacionados à educação, serviço de transporte público, saúde, segurança pública, além da continuidade da corrupção, que passa a ser mais visível para a sociedade, levando, portanto, a uma maior indignação por parte da população.

Pensamos que as manifestações ocorridas em junho são resultados da situação de precariedade social marcada pela fragilidade das políticas públicas. Realidade que favoreceu a pressão popular pela garantia dos direitos sociais estabelecidos na Constituição de 1988, além de sua ampliação para outras esferas da vida social. Somando a esse quadro social, temos também o contexto global de crise econômica e política, atingindo de distintas formas os países, a depender do grau em que a crise se instala. Como exemplo desse contexto global, podemos apresentar as manifestações sociais populares que aconteceram a partir

de 2011 em diversos países do mundo com destaque para a Grécia e Espanha no continente europeu, o Chile na América Latina, além de outros em regiões distintas do mundo.

As manifestações ocorridas no Brasil trazem elementos importantes para se pensar especificamente sobre a realidade política que se configurou nos últimos tempos, em que cada vez mais a Política está sendo sequestrada pela Economia. Os protestos de rua vistos pelo Brasil afora, ao trazer para a cena pública uma diversidade de reivindicações, revelam a insatisfação da população, tanto com a qualidade das políticas públicas, quanto com a forma de representação política e a qualidade e comportamento dos representantes políticos, acenando então para novas formas de ação, organização e participação política. É verdade que ainda não se tem uma proposta elaborada e sistematizada de forma clara e coerente, mas é preciso observar com mais cuidado para verificar o que de bom senso e lições podemos destacar nesse cenário. Como revela Manuel Castells, ao analisar as manifestações em São Paulo na conferência “Redes de indignação e esperança”.

Eles são contra esta precisa prática democrática em que a classe política se apropria da representação, não presta contas em nenhum momento e justifica qualquer coisa em função dos interesses que servem ao Estado e à classe política, ou seja, os interesses econômicos, tecnológicos e culturais. Eles não respeitam os cidadãos. É esta a manifestação. É isso que os cidadãos sentem e pensam: que eles não são respeitados (CASTELLS, 2013, p. 02)

Nesse contexto, surge a necessidade da população e determinados movimentos sociais, a exemplo do Movimento do Passe Livre (MPL), de se mobilizarem e colocarem suas reivindicações, com pautas específicas, no caso, a diminuição da tarifa do transporte público, chamando a atenção dos governos. Fato que se tornou a gota d’água para o surgimento das manifestações de junho, acenando, portanto, para novas formas de intervenção política.

As manifestações foram desencadeadas inicialmente em São Paulo pelo MPL, tendo como principal reivindicação a diminuição da tarifa de transporte público. A primeira manifestação realizada por este movimento foi rece-

bida pelos governantes e imprensa de forma bastante negativa, tendo como principal forma de enfrentamento uma feroz repressão policial. A mídia, após, inicialmente, chamar os manifestantes de vândalos e baderneiros, resolveu fazer uma virada espetacular de opinião e passou a apoiá-los. No caso dos governos, procuraram desqualificar o movimento de protesto, além de revelar a incapacidade de dialogar com a sociedade de forma direta, revelando, de fato, a fragilidade da democracia brasileira, que ainda precisa ganhar um maior aprofundamento, principalmente, porque em nossa Constituição de 1988 está assegurada a prerrogativa da participação direta e semidireta, aspecto importante para ampliação da participação a qual precisa ser efetivada.

Ao contrário do que imaginavam os nossos governantes e representantes políticos com sua atitude de reprovação, as manifestações se ampliaram e ganharam uma dimensão ainda maior, com forte repercussão na mídia, além do apoio e indignação de vários segmentos sociais, estendendo-se para outras cidades via as redes sociais. O fato é que os protestos se espalharam pelo Brasil afora, nas capitais, grandes e médias cidades, constituindo-se no que alguns analistas denominaram de “Primavera Brasileira”, fazendo referência às manifestações ocorridas em outros países, a exemplo da Grécia, Egito, Espanha etc.

As vozes das ruas: atores e sujeitos

Um segmento da população que se apresentou com grande visibilidade nas mobilizações em todo o país foi a juventude, característica também presente nas manifestações ocorridas globalmente. Ou seja, os/as jovens se constituíram nos principais protagonistas das manifestações. É importante destacar que, apesar do protagonismo juvenil, não foi só a juventude que ocupou as ruas, outros segmentos sociais também estavam presentes demonstrando a sua discordância e o seu protesto contra a deficiência das políticas públicas, em especial a Saúde, Educação e Segurança Pública, além das questões relacionadas à cidadania LGBT e ao Movimento Feminista, a exemplo dos protestos contra o projeto que ficou conhecido como “a cura gay”, além de vozes a favor do aborto. Des-

tacaram-se nesse cenário multifacetário a temática da corrupção e as formas de representação política. Como afirmou Alder Júlio Calado em artigo:

Reparando-se para suas bandeiras, cartazes e palavras de ordem, é possível ter uma ideia dessa diversidade de sujeitos anônimos, desconhecidos, pelo menos na cena política convencional (CALADO, 2013, p. 03).

Um aspecto que chamou a atenção dos analistas e lideranças políticas vinculadas aos movimentos sociais tradicionais foi a multiplicidade de sujeitos e reivindicações, assim como a ausência de liderança. Aspecto que por muitos foi desqualificado, por buscarem nas manifestações de junho as mesmas formas e modelos produzidos anteriormente pelos movimentos sociais tradicionais e partidos políticos.

Pensamos que tais manifestações, com sua diversidade de reivindicações e protestos, colocam para a sociedade, em especial para os setores organizados, o desafio de repensar as suas formas de mobilização e ação política. As vozes das ruas, muitas vezes contraditórias, com alguns slogans ufanistas como “o gigante acordou” esquecendo a trajetória de lutas do povo brasileiro em diferentes contextos, foram capazes de expressar que o “modelo” político vigente está fragilizado, a democracia representativa está em crise. É preciso, portanto, ficar atento para as novidades políticas trazidas pelas ruas, seja do ponto de vista político institucional, quando se questiona a falta de representatividade do Congresso Nacional, seja do ponto de vista da organização da sociedade civil, quando se problematizam as formas de representação e mobilização, com forte marca da democracia representativa. As divergências e insultos aos movimentos sociais tradicionais presentes nas manifestações revelam esse questionamento e descontentamento.

Análise realizada por Pinto (2012) sobre as manifestações populares organizadas pela sociedade civil ocorridas no Chile e na Espanha, em 2011, revela alguns aspectos importantes para uma análise das manifestações ocorridas no Brasil, quando levanta algumas características inovadoras presentes em tais eventos políticos. No Chile os atos de protesto tinham como principal característica a mobilização dos estudantes contra a mercantilização da educação e na Espanha o ponto central foi o alto índice de desemprego, em especial no seg-

mento da juventude, sendo denominado como “movimento dos indignados”. Tal análise nos ajuda a pensar sobre os protestos de junho no Brasil, por serem movimentações populares semelhantes organizadas pela sociedade civil. A autora elenca cinco características presentes em tais manifestações nesses países que também puderam ser observadas no Brasil, as quais se constituíram como uma novidade política.

Uma primeira característica foi a ausência das grandes organizações político-partidárias ou grandes movimentos sociais, o que diferencia de outros atos já ocorridos em outros momentos; a segunda é o uso da internet como forma de mobilização e chamamento para os momentos de protestos, transformando-se no principal instrumento de comunicação através das redes sociais ou das mensagens de celulares; a terceira novidade é a forte presença de jovens liderando as mobilizações, desconstruindo a visão de que a juventude é despolitizada e não participa da política; a quarta diz respeito à relação do movimento com os espaços públicos. A ocupação dos espaços públicos possibilita a construção de esferas públicas, transformando ruas e praças em lugares de discussão pública, influenciando a opinião pública. Ou seja, transforma os espaços públicos em verdadeiras arenas para a participação política. A quinta característica indica que os movimentos apresentaram uma capacidade agregadora de diferentes segmentos sociais, rompendo de certa forma com o corporativismo presente em mobilizações anteriores.

A primavera brasileira e o cenário político: desafios e perspectivas

As manifestações de junho de 2013 trazem para a esfera pública uma diversidade de atores e sujeitos, coletivos e individuais, em sua maioria sem uma trajetória de participação sedimentada, tendo em vista a descontinuidade de manifestações de massa ocorrida nos últimos tempos no Brasil. Diante desse novo cenário de manifestações de rua, várias indagações foram sendo levantadas, no sentido de buscar entender o que motivou essa ida às ruas, principalmente, sem a participação dos partidos do campo da esquerda e a pouca participação dos tradicionais movimentos sociais. Claro que, nesse cenário, muitas perspectivas políticas e ideológicas estavam presentes, do campo da direita à esquerda mais

radical, além de uma população indignada com os desmandos na política brasileira e nas políticas públicas.

O que pareceu bastante evidente nesses atos foi a indicação de uma crise no sistema político brasileiro, o qual apresenta várias fragilidades e fissuras políticas que impedem mudanças mais significativas, capazes de pôr fim a determinadas questões presentes na sociedade brasileira, a exemplo da corrupção. Como afirma Marilena Chauí:

Faz mais sentido defender a ética da política, porque se há boa qualidade das instituições, não vai poder haver corrupção, pois a corrupção decorre das péssimas qualidades das nossas instituições, que não são verdadeiramente republicanas nem verdadeiramente democráticas (CHAUÍ, 2013, p. 01).

Seguindo nessa direção indicada por Chauí, pensamos que os desafios estão postos, exigindo, principalmente, dos setores e partidos do campo da esquerda um repensar de suas formas e métodos de mobilização e representação social, diante das mudanças nas dinâmicas sociais e políticas que impactam mundialmente e que parecem presentes não só nas manifestações no Brasil mas também em outras partes do mundo.

Nesse sentido, a ampliação da democracia, na perspectiva da Democracia Participativa, como sugere Boaventura (2002), se revela como um caminho a ser perseguido. Dentro dessa perspectiva, os governantes precisam estreitar o diálogo com a sociedade no sentido de considerar em suas decisões não apenas as vozes dos representantes institucionais, mas também a diversidade de sujeitos presentes na sociedade, os cidadãos anônimos ausentes das arenas políticas. Portanto, as manifestações demonstraram essa incapacidade dos governantes do diálogo, elemento fundamental da Ação Política.

A espontaneidade marcante nas manifestações pode ser um anúncio importante e aceno para os representantes e sujeitos coletivos e individuais, do seu distanciamento do cotidiano e anseios da população. É preciso ouvir o cidadão. Outro aspecto bastante questionado foi a aproximação das organizações e instituições e movimentos sociais dos poderes constituídos, muitas vezes cooptados pelos governos, como afirma Calado (2013, p.6), “fazendo-os perder sua força crítico-transformadora”.

Trata-se de compreender, portanto, esse novo cenário político, e o que poderá acontecer daqui pra frente, qual o rumo que deverá seguir, no sentido de dar continuidade a essa indignação, continuando o processo de mobilização popular buscando interferir de forma efetiva na construção de uma sociedade democrática, com participação substantiva, ou esse foi apenas um momento de protesto sem maior alcance político. Alguns indícios começam a aparecer, mesmo que ainda de forma pouco clara, organizada e com visibilidade. Os protestos e manifestações estão continuando mesmo que em menor escala, os movimentos e organizações sociais retomam bandeira da Reforma Política. Sigamos, portanto, acompanhando, atentos, a emergência de novas ações e sujeitos no cenário político.

Referências

BOAVENTURA, de Sousa Santos (Org.). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2002.

CALADO, Alder Júlio Ferreira. **Perscrutando os clamores e o recado da Rua: impressões recolhidas ao calor dos acontecimentos**. João Pessoa, 2013. Mimeo.

CASTELLS, Manuel. **Entrevista no Jornal o Globo**. Rio de Janeiro, 15/07/2013.

CHAUÍ, Marilena. Entrevista. **Rev. Cult.** n. 182, junho de 2013.

MANUEL CASTELLS analisa as manifestações em São Paulo. **Blog Fronteiras do pensamento**. <<http://www.fronteiras.com/canalfronteiras/entrevistas/?16%2C68>>.

Acesso em: 20 jun. 2013.

PINTO, Céli Regina Jardim. Movimentos sociais 2011: estamos frente a uma nova forma de fazer política? In: GONH, Maria da Glória; BRINGEL, Breno M. **Movimentos sociais na era global**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

Brasil, 2013: reflexões e metáforas

| OTACÍLIO GOMES DA SILVA NETO³

O gigante acordou

“Vivemos num mundo confuso e confusamente percebido”, constata Milton Santos (2007, p. 18) não sem razão. Quando nos espantamos com determinadas manifestações sociais que até décadas pouco anteriores eram comuns é sinal que algo de relevante pode estar acontecendo. O fascínio que causa estas últimas manifestações populares no Brasil, pode ser sintoma de que algo se perdeu. Alguma coisa foi esquecida nessa nova conjuntura social em que o capitalismo globalizado é a variável independente. Dos seus modos de ser provém os paradigmas pelos quais os governos e suas políticas sociais devem atender. Trata-se, na verdade, de um *ethos* que discorre de cima, chega às instituições sócio-governamentais e deságua no cotidiano das pessoas comuns.

A *nova era* do capitalismo hegemônico vem sendo sorrateiramente inculcada nas consciências, gerando uma complexa teia à qual a sociedade civil parece não conseguir se livrar, dada a sua própria cegueira ideológica manipulada pela lógica capitalista. A ideologia do capitalismo financeiro vem se impondo a tudo e a todos nos empurrando para um beco sem saída, na verdade para um mundo sem possibilidades, pois a única possibilidade que temos seria o neoliberalismo globalizado, efetivamente. A lógica dos individualismos destacada por Santos (2007, p.47) é uma das formas de ser dessa perniciosa cultura hegemônica:

individualismos na vida econômica (a maneira como as empresas batalham umas com as outras); individualismos na vida política (a maneira como os partidos frequentemente abandonam a ideia de

3 Professor de Filosofia da UEPB

política para se tornarem simplesmente eleitores); individualismos na ordem do território (as cidades brigando umas com as outras, as regiões reclamando soluções particularistas).

Esse “efeito cascata” destacado por Santos é um exemplo elucidativo que vem a diagnosticar a sociedade global. O que acontece “cá em baixo” é reflexo do que “vem de cima”: “Também na ordem social e individual são individualismos arrebatadores e possessivos, que acabam por constituir o outro como coisa”. Individualismos justificados pela burocratização da vida que se torna cada vez avassaladora, que atomiza os sujeitos, reforça a meritocracia e assassina a solidariedade. Individualismos que têm no consumo a principal meta a ser atinida, conforme Santos (2007, p.49):

O consumo é o grande emoliente, produtor ou encorajador de imobilismos. Ele é, também, um veículo de narcisismos, por meio de seus estímulos estéticos, morais, sociais; e aparece como o grande fundamentalismo do nosso tempo, porque alcança e envolve toda gente. Por isso, o entendimento do que é o mundo passa pelo consumo e pela competitividade, ambos fundados no mesmo sistema da ideologia.

Dessa forma, o darwinismo social tomou o lugar das “primitivas” teologias cristãs, ideologias socialistas e pedagogias libertárias marcantes nas décadas de 60 a 80. O “Fora Collor” foi um primeiro espanto (*thaumásein*) logo “normalizado” pelos anos de FHC. Desde que o neoliberalismo se tornou hegemônico a sociedade brasileira tem assistido a um processo de sucateamento humano abrandado pelos governos Lula e Dilma, mas ainda em vigor. Isso é sintoma de que os governos e suas políticas sociais estão engessados, o que coloca em suspeição suas autonomias, pois suas decisões dependem das agendas impostas pelos grandes grupos econômicos e políticos (BID, FMI, BIRD, ONU).

Será que é de se estranhar tamanha indignação que ganharam as ruas desde maio passado? Afinal: “a revolução mobiliza sempre aqueles que vêm arruinadas suas esperanças” (Leford *apud* Matos, 1998, p.21). A força incontável das massas ganha as ruas, em sua maioria, jovens: estudantes, universitários, professores, desiludidos, desempregados, esquecidos, coisificados, tratados com indiferença pelas instituições, partidos e governos.

Direita? Esquerda? Eu quero é ir pra frente

É por isso que um dos alvos das manifestações foi à classe política nacional, daí que um dos temas foi o apartidarismo. Citando Bobbio (2009, p.21), parece que o sentimento era de que: “não estamos totalmente satisfeitos com a casa que construímos”. Mas, por isso devemos pôr a casa abaixo? Em um sistema de democracia representativa como o nosso, o sinal amarelo foi acionado, afinal ainda vivemos sob os escombros da ditadura militar. A nossa democracia não pode ser posta em cheque. O que ficou claro nesse descontentamento geral com a classe política é a necessidade de uma reforma para com essa mesma classe, pelo menos para o Governo Dilma. O que podemos aprender sobre os desafios de uma sociedade democrática que está em construção?

Bobbio (2009, p.24) apresenta três aspectos importantes da democracia. O primeiro aspecto é o da legitimidade do poder, ou: “de onde os governos tiram a justificação de seu poder?”. O princípio eletivo é a resposta, pois: “a classe política, em regime democrático, tira a justificação do seu poder da eleição popular”. Obviamente apenas esse aspecto não é suficiente: “Não basta o consenso, mas é necessária uma verificação periódica do consenso”. Para que a democracia seja fortalecida é preciso à repetição desse consenso. Um dos possíveis resultados da repetição seria a empatia que deveria haver entre o eleito e os eleitores: “Sem verificação do consenso não haveria responsabilidade política do corpo eleitoral” (Bobbio, 2007, p.25). Essa verificação pode ser mais forte ou mais fraca dependendo do grau em que se encontra instaurada e democracia em cada nação.

Ainda um terceiro aspecto da democracia é apresentado por Bobbio, que é o que se refere “à mobilidade da classe política”. Esse sem dúvida é um grande desafio da nossa democracia. O que ainda predomina a cada eleição é quase uma repetição de famílias e grupos eleitos para exercer o poder. Isso é resultado de uma democracia desfigurada, pois os eleitos são escolhidos nos sufrágios universais para colocarem seus interesses próprios em primeiro plano:

Quando as classes políticas se cristalizam e não se renovam, quando não existem mais classes políticas em concorrência, encontramos diante de um regime democrático que é ou tende a se tornar aristocrático (Bobbio, 2007, p.25).

O apartidarismo presente nas manifestações pode indicar dois possíveis caminhos: a recusa ao atual sistema partidário, daí se falar em “Reforma Política”,

e, de uma maneira geral, ao desencanto com a nossa democracia representativa, o que pode dar margem a manobras de cunho fascista ou anarquista, já que uma pequena manifestação de apoio à ditadura foi realizada, concomitantemente com o quebra-quebra gratuito ocorrido durante as manifestações. Para isso, o índice de abstenções nas eleições do ano que vem pode ser um bom termômetro para análise.

A grande recusa⁴

Como na revolução estudantil iniciada em Paris em 1968, no Brasil também vivenciamos um sentimento de profunda indignação sócio-política. Em ambos os casos, os manifestantes não tinham e não têm o desejo de tomar o poder ou coisa parecida. Em geral, não se tratam de mobilizações organizadas com pautas de reivindicações, por exemplo. No caso do Brasil - 2013, assistimos ao esforço da mídia nacional em “identificar os dirigentes” e “cobrar” as tais reivindicações. Aliás, os nossos meios de comunicação tentaram a todo custo ser uma espécie de protagonista das manifestações, quer criticando as ações da tropa de choque policial, quer criticando o suposto quebra-quebra gratuito dos manifestantes.

A mídia teve a pretensão de exercer o controle absoluto sobre os espíritos por intermédio da informação. O que é suficientemente questionável de acordo com Santos (2007, p.39):

O que é transmitido à maioria da humanidade é, de fato, uma informação manipulada que, em lugar de esclarecer, confunde. Isso tanto é mais grave porque, nas condições atuais da vida econômica e social, a informação constitui um dado essencial e imprescindível. Mas na medida em que o que chega às pessoas, como também às empresas e instituições hegemônicas, é já, o resultado de uma manipulação, tal informação se apresenta como ideologia.

Em dado momento, a mídia tentou manipular a opinião pública que, decerto, tinha que distinguir qual manifestação é “legítima” e qual manifestação é “bárbara”. Lentamente assistimos uma parcela dos jovens empunhar faixas, carta-

⁴ Todas as palavras entre aspas referentes à revolução estudantil de 1968 são tiradas do livro: Paris 1968: As barricadas do desejo de Olgária Matos (ver referências).

zes e irem para rua, “bem comportados” e dispostos a não se misturar com a “baderna”. Uma atitude que faria tremer de indignação o movimento estudantil de 1968 que denunciava: “Você está sendo intoxicado: rádio, televisão, jornal, mentira” (Matos, 1998, p.64).

Uma das *grandes recusas* apresentadas nas manifestações foi, sem dúvida, a crítica à copa do mundo tendo como bandeira o descaso com a saúde e a educação do país: *Queremos escolas e hospitais no padrão FIFA*. Daí que os estádios em que se realizariam as partidas de futebol envolvendo a Copa das Confederações serem uns dos alvos. Amadurecimento político do Brasil? Sim, decerto. Num país que tem o futebol como uma das marcas mais nítidas da sua cultura, o questionamento para com os preparativos do Mundial de futebol podem ser sintomas de certo amadurecimento da consciência política.

Porém, isso era apenas a ponta do *iceberg*. Parece que o foco realmente era a saúde e a educação pública. A ferida foi aberta, já que foi posto o despreparo do país em sediar eventos de grande repercussão mundial sem uma infraestrutura mínima, não obstante o fato de nosso país não conseguir sequer cuidar dos seus cidadãos naquilo que diz respeito a necessidades básicas como saúde e educação: *Quando seu filho ficar doente leve ele ao estádio*, dizia alguns cartazes das mobilizações.

Desculpe o transtorno. Estamos mudando o Brasil

Nas mobilizações do Brasil - 2013 um traço também foi marcante, pois uma nova forma de enxergar o cotidiano foi-nos revelado já que não é normal enfrentar ônibus, trens e metrô lotados na ida e vinda ao trabalho, ainda tendo que arcar com os aumentos de passagens abusivos, malgrado o péssimo serviço oferecido. Também não é natural enfrentar o caos cotidiano na saúde pública, ver o sucateamento de escolas e conviver com a desvalorização dos profissionais da educação. Não é natural que um jovem conclua um curso técnico ou superior e permaneça no desemprego; que jovens encontrem-se esquecidos nas cracolândias dos grandes centros urbanos, quando não estão envolvidos na guerrilha do tráfico que se nacionalizou. Não queremos nem citar o alto núme-

ro de suicídios que ocorrem nesse grande país cotidianamente.⁵ Ora, se muitos brasileiros estão tirando suas vidas é porque há algo de estranho no mundo atual.

Não sabemos ainda a que vai levar as manifestações e mobilizações que ainda estão em curso. Não é possível fazer prognósticos seguros para 2014, ano de copa de mundo e de eleições. Mas, uma coisa não pode passar despercebida nas manifestações de 2013: parece que o Brasil acordou. Não se sabe ainda quais os motivos reais desse despertar ou até quando continuará essa vigília. Talvez para alguns ela nem aconteceu.

Referências

BOBBIO, Norberto. **Qual democracia?** Trad. Marcelo Perine. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

MATOS, Olgaria. **Paris 1968:** As barricadas do desejo. São Paulo: Brasiliense, 1998.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. 14ª. Rio de Janeiro: Record: 2007.

⁵ BIDERMAN, Iara. Taxa de suicídio entre os jovens cresce 30% em 25 anos no Brasil. Folha de São Paulo. São Paulo, 11 jun. 2013. Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2013/06/1292216-para-cineasta-que-fez-filme-sobre-suicidio-da-irma-desinformacao-leva-a-tragedia.shtml>>. Acesso em: 12 jun. 2013.

A Geração 2.0 “faz a hora”, vai às ruas e sacode o país

| SILVIA GARCIA NOGUEIRA⁶

Os acontecimentos que se desenrolavam sob nossos olhos na telinha e nas mídias sociais principalmente a partir de junho de 2013 pareciam um *déjà vu* de mobilizações políticas anteriores. Os cinquentões lembraram da *Passeata dos Cem Mil* de junho de 1968 contra a ditadura militar no Brasil. Os quarentões recordaram do *Diretas Já* de 1983, cuja reivindicação principal era a realização de eleições diretas e pleno exercício democrático. Os balzaquianos sentiram saudades do movimento dos *Caras Pintadas* em 1992 a favor do *impeachment* do então presidente Collor de Melo, processo que arriscava terminar em pizza. Comum a todos, uma ampla participação de jovens em protestos contra – para usar expressão da atual presidenta Dilma Rousseff – os mal-feitos governamentais. E a transformação de tudo isso em espetáculo midiático, claro.

Não se tratava de um filme já visto, contudo. As manifestações deste ano tinham características próprias. Como ouvido de uma jovem de 18 anos que participou dos primeiros protestos do Rio de Janeiro: “eu achei que a maior parte dos meus amigos estava indo porque era *modinha*, porque só se falava nisso no *twitter* e no *face[book]*. Me enganei!”.

O engano da moça correspondia a uma visão de parte de sua geração sobre si mesma. Conhecida como geração Y ou 2.0, tem sido responsável pelo que alguns chamam de revolução silenciosa. Sem o estardalhaço de seus antecessores, esses jovens norteiam-se por valores como cuidado com o meio ambiente,

⁶ Silvia Garcia Nogueira foi jornalista, é mestre e doutora em Antropologia (Museu Nacional/UFRJ) e professora da graduação e do mestrado em Relações Internacionais (UEPB). Atua como pesquisadora na área de Antropologia da Comunicação e das Migrações Internacionais.

valorização de uma identidade brasileira – um conceito abstrato, é verdade, mas que indica um sentimento de compartilhamento – e preocupação com seu futuro. No mesmo pacote, há também um cuidado maior com a aparência e o aumento do desejo (e acesso) de bens de consumo supérfluos, relações sociais mais efêmeras e sensação de ansiedade frente ao que o amanhã lhes reserva. Permeando tudo isso – interações sociais, valores, desejos e inseguranças – os meios de comunicação de massa.

Nesse mundo líquido da pós-modernidade, como há décadas observado por Zygmunt Bauman, as mudanças constantes em velocidade frenética geram em contrapartida sentimentos de ansiedade e necessidades de segurança. Diferentemente de gerações anteriores, angústias e soluções individuais passam a ser amplificadas e socializadas em rede virtual, visíveis e com participação de um sem-número de interlocutores. A visibilidade e sua administração tornam-se parte da própria condição de existência para um grande número dessas pessoas. As interações sociais contemporâneas, midiaticizadas (Thompson) e espetacularizadas (Debord), ocorrem a partir de ou por meio de alguma mídia.

Ao lado dos espetáculos promovidos pelas emissoras de televisão que cobriam as manifestações inicialmente com o olhar daqueles que censuram atos espontâneos e considerados fora de lugar, em um país que até então contava com uma presidenta com altos índices de popularidade (nos moldes de seu antecessor), as convocações para participação nos protestos e as impressões dos jovens participantes iam ganhando cada vez mais força nas mídias sociais.

Acostumada à comunicação instantânea, a combinar atos performáticos que organizam em silêncio outros jovens da rede em lugares públicos por meio dos *flash mobs* e tendo acompanhado os resultados dos protestos da Primavera Árabe, a geração 2.0 brasileira foi às ruas.

Contrariando a idéia de que se tratava de um grupo de rebeldes sem causa, ou de baderneiros, ficou muito clara a insatisfação com notícias de aumento de passagens, de obras superfaturadas para a realização da Copa e má aplicação do dinheiro público.

Ainda que no começo a mobilização tenha sido articulada pelo Movimento Passe Livre, as proporções que as manifestações ganharam em número, intensidade, regularidade e amplitude fizeram a grande imprensa se render a um novo tipo de enfoque dos acontecimentos. Mas não foram somente os *coleguinhas* (termo usado para designar jornalistas) que tiveram que mudar a percepção so-

bre o que ocorria: a família, os educadores, os intelectuais e outros integrantes de várias gerações passaram a prestar mais atenção àquela massa de estudantes e juntaram-se a eles.

Viu-se, então, os *coroas* unirem-se a *geral* (todo mundo), reencontrando a juventude perdida e a capacidade de indignação nos anos 1960, 1970, 1980. Não sem propósito, desde os primeiros protestos se tentava impedir bandeiras (entendidas em seu duplo caráter – físico e simbólico) de partidos políticos, movimentos sociais e outros aproveitadores de plantão, pegando carona na visibilidade das mobilizações. Era uma expressão pacífica, mas não passiva.

Paralelamente pôde ser visto um movimento contrário: os jovens indagavam a seus pais e avós sobre as passeatas de suas épocas, suas opiniões políticas sobre os assuntos de hoje e de outrora, e sobre as esperanças de um país melhor.

Conforme os jovens das várias gerações iam aderindo às manifestações, saindo de suas posições de espectadores para agentes, os velhos de espírito, as forças tradicionais e os oportunistas se somavam aos manifestantes. Não se pode esquecer que comportamentos de massa são imprevisíveis, como Elias Canetti observou em um livro que tratava das relações entre massa e poder.

Os discursos mais conservadores diziam que os jovens haviam virado massa de manobra nas mãos de opositores do governo. Os muito conservadores, que eram todos arruaceiros. A mídia oscilava entre afirmar que era uma minoria que cometia atos de depredação do patrimônio público (e outros crimes) e que os jovens não sabiam qual era a reivindicação em pauta, já que o aumento das passagens deixou de acontecer por conta dos protestos.

Os protagonistas dos eventos que se intensificaram em junho, mas que continuam ocorrendo, por diversos motivos em algumas capitais do país possuem outra visão sobre suas próprias práticas e motivações. Uma universitária de João Pessoa, em aula de Antropologia Cultural sob a responsabilidade desta autora, expressou um sentimento compartilhado por sua geração: “eu preciso participar, não posso ficar de fora do que está acontecendo neste momento tão importante”.

A passeata na capital paraibana seguia exatamente o mesmo tom que a estudante. Para aqueles que estavam nas calçadas e casas observando o protesto, eram proclamadas palavras de ordem para que saíssem de seus lugares passivos e se juntassem a eles na caminhada.

O momento o qual os jovens e adolescentes estão referidos é o presente, o aqui e o agora. Como cantava Geraldo Vandré, numa frase musical que virou símbolo de inconformismo, “quem sabe faz a hora não espera acontecer”.

E a “hora” está em curso. O aumento das passagens recuou, a passarela em frente ao estádio do Maracanã não foi destruída, os preços previstos dos ingressos para os jogos de futebol foram revistos para baixo e a Emenda Constitucional PEC-37/2011, que previa a não investigação do Ministério Público em casos de investigação criminal, foi derrubada.

Redes sociais e manifestações: mediação e reconfiguração na esfera pública

| **ADRIANA ALVES RODRIGUES⁷**

A Primavera Brasileira e as mediações on line

A onda de protestos deflagrada em junho deste ano ficou marcada na história política, social, cultural no Brasil por sua diversidade de bandeira de luta e das pautas reivindicatórias. O que antes era previsto o aumento das tarifas de ônibus nas principais capitais brasileiras, ganhou novas dimensões aglomerando num movimento organizativo e colaborativo com várias perspectivas de revolta. Especialistas da área comentam se tratar da “Primavera Brasileira”, numa alusão à “Primavera Árabe”, protestos ocorridos no Oriente Médio (Tunísia), em 2010, que teve modos similares no que se refere às mediações on line e uso intensivo das redes sociais a favor do movimento. Este aspecto é o ponto norteador da discussão empreendida aqui, que traz à reboque das manifestações, várias implicações do ponto de vista sociológico, socio-técnico, político, cultural, midiático e cibercultural - para elencar algumas.

Assim, os movimentos sociais contemporâneos ganharam roupagens novas na sociedade do século XVI ao engajarem suas práticas e formas de mobilização em uma outra esfera pública, agora, conectada e em Rede. As transformações das tecnologias digitais na vida social amplificam, deste modo, os rearranjos comunicacionais num contexto contínuo de mutações. Portanto, a compreensão dos sistemas em redes, espaços de fluxos e as novas práticas comunicacionais e sociais se tornam imprescindíveis, dada a dinâmica acelerada da comunicação digital mediada por computador. Dentro destas práticas, as mídias sociais foram

⁷ Atualmente é professora do Departamento de Comunicação Social - Jornalismo, da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB e dos cursos de Pós-Graduação em Jornalismo e Convergência Midiática (lato sensu) da Faculdade Social da Bahia - FSBA

os principais canais mediadores para que os protestos acontecessem em várias capitais no Brasil, na qual permitiram que os envolvidos pudessem interagir, comunicar, mobilizar pessoas, divulgar o movimento, além de gerar trocas e debates on line, numa espécie de “Fórum virtual”. As redes sociais na internet têm sido largamente exploradas para o ativismo on line, ou ciberativismo, caracterizada pela logística das relações sociais em rede. Com caráter em efervescência de mutabilidade, instauram-se, contudo, novas formas de sociabilidade e interações que modificam a paisagem da comunicação digital vigente. A ecologia midiática assume, neste sentido, novos enfoques: O que antes as mídias convencionais detinham a centralidade das informações, essa perspectiva se modifica quando os atores sociais entram em cena e rompem, de certo modo, com a informação vertical, condensada em grandes monopólios midiáticos, difundidas via interações e práticas mediadas por computador.

Ciberativismo e nova esfera pública conectada

No livro *A conversação em Rede: Comunicação Mediada pelo Computador e Redes Sociais na Internet*, Raquel Recuero (2012) aborda a mudança de comportamento e suas relações através das redes sociais, em que, para ela, há o estabelecimento de uma “conversa” entre os atores sociais. Assim, as práticas dialógicas em rede acarretam potencialidades de comunicação e expressão, uma vez que a conversação se apropria do ciberespaço. “A conversação é, assim, como dissemos, a porta através da qual as interações sociais acontecem e as relações sociais se estabelecem. É por meio dela que estabelecemos também nossas primeiras experiências sociais” (p. 29). Neste contexto de quebra de monopólio midiático, ciberativismo e potencialidades das redes, os fluxos noticiosos imbricados na web se tornariam como mídias de multidão (ou multi-mídias), isto é, mídias cooperativas, colaborativas e em rede, que atingem públicos específicos e ao mesmo tempo, outros tipos de públicos, um modelo de “mídia livre”, atuando de maneira compartilhada e autônoma nas redes (ANTOUN & MALINI, 2010, p. 8).

As tecnologias digitais conferiram maiores possibilidades de interação, produção, distribuição, compartilhamento das informações em Rede, onde a liberação do pólo de emissão (LE MOS, 2002), uma das três leis da cibercultura proporcionou mudanças no modo como produzimos e recebemos informações. Uma destas expressões mais acentuadas recai nos sites de redes sociais, cujas

dinâmicas vão além de publicar informação, estabelecimento de uma conversa ou compartilhamento de mensagens ali divulgadas. Além de tais pressupostos, estes tornam-se espaços fundamentais para usos e articulações políticas, mobilizações, protestos, petições, etc. O ativismo na Rede pode ser compreendido como um conjunto de estratégias coletivas que manifestam a busca por transformações sociais a partir de ações de cooperação (ZAGO, 2011; JORDAN, 2002), que se “apropria” destas ferramentas, configurando a web como “uma nova esfera interconectada” (AMADEU, 2009), o que também afeta o jornalismo contemporâneo na medida em que tais eventos pautam/agendam a mídia massiva, por exemplo. Logo, o cenário de mudança das mídias pós-massivas (LE MOS, 2009), entre outros aspectos, reconfiguram o processo jornalístico como um todo, desde a apuração até a divulgação das mensagens midiáticas, bem como mudanças nos perfil profissional e outros ângulos de abordagem.

Pelo caráter de potencialidade na Rede, várias mobilizações (das mais diversas) podem ocorrer em fluxo acelerado, que incluem petições on line, blogagens coletivas, criação de grupos e listas de discussão, *flash mobs*, entre outros (RECUERO, 2009). Com base nesse pressuposto, os atores sociais ou interagentes procuram criar diversas formas de capital social através destas mobilizações: a busca pela reputação, reverberação a partir de ações coletivas de interesses em comuns. A comunicação mediada por computador, como “extensões” dos sentidos (McLuhan, 1979) confere outras possibilidades de cooperação que passam a se expandir amplamente a partir das transformações tecnológicas. Aqui vale ressaltar o conceito de Mídias pós-massivas, postulado por André Lemos (2009) para definir as novas formas de mediação das mensagens midiáticas.

Para ele, mídias com funções pós-massivas são aquelas que ocorrem em redes telemáticas, abertas, qualquer pessoa pode emitir informação em Rede sem passar pelo crivo/concessão empresarial, são interativas, dialógicas e agem por nichos. Internet, blogs, fotologs, wikis, P2P, youtube, sites de redes sociais, são exemplos. Soma-se a isso o estabelecimento de trocas informacionais, criando novos processos de comunicação, baseado no diálogo e no compartilhamento de informações, o que difere da mídia massiva, onde há a concentração da informação por parte da empresa jornalística. O autor faz uma ressalva de que se deve concentrar nas demais funcionalidades que tais ferramentas podem trazer e menos no dispositivo, na tecnologia. A utilização das rede sociais estimulam a participação e a transformação na esfera política, econômica e social. Como lembra Paiva (2013), a comunicação digital não prescinde de intermediação

para emitir, difundir e compartilhar informações em Rede, porém, é preciso o reconhecimento de “poder” dos cidadãos virtualizados com o nascimento da Ciberdemocracia e netativismo, como exemplos do Wikileaks, Anonymous e Occupy.

É o caso do #forasarney, das petições contra a volta de Renan Calheiros ao senado, entre outros. Outras mobilizações e protestos on line geraram grande discussão nas redes sociais e causaram frisson midiático, o SOPA⁸ (*Stop On line Piracy Act*) e o PIPA⁹ (*Protect I Act*), projetos de leis destinados a combater a pirataria on line e direitos autorais e combater o download de arquivos, músicas, filmes, etc. Blogueiros, usuários de internet uniram-se contra as duas propostas por entenderem que constituíam como censuras na rede. A pressão on line causou um alarde muito grande, com apoio de lobistas, empresas e organizações, que adiaram, ao menos temporariamente, a votação de ambas as leis no senado americano, tal qual foi a mobilização on line que o tema alcançou.

Zago e Batista (2011) analisaram o ativismo nas redes sociais, especificamente no Twitter após as denúncias feitas pelo Wikileaks, em 2010, a partir dos Trending Topics observados. Os autores contataram que a maior parte dos microposts era em favor de uma mobilização de ações lúdicas em cima de assuntos pertinentes de cunho político. Tal observação constatou que os tweets “contribuíram para a reverberação do tema, portanto, uma forma de colaboração - mesmo que sem esse propósito - à ação ciberativista” (p. 255). Com base nesta constatação, os sites de redes sociais pautaram a mídia massiva, agendando tema em outras esferas de visibilidade. Na conscientização/mobilização de uma causa, Amadeu (2009) destaca que, no bojo dos fenômenos na Rede, neste caso, o Wikileaks, houve grandes feitos e novas possibilidades de atuação e articulação coletiva desterritorializada, em uma esfera pública que foi alargada,

8 É um projeto de lei da Câmara dos Representantes dos Estados Unidos de autoria do representante Lamar Smith e de um grupo bipartidário com doze participantes. O projeto de lei amplia os meios legais para que detentores de direitos de autor possam combater o tráfego online de propriedade protegida e de artigos falsificados. (FONTE: WIKIPEDIA)

9 Consiste em um projeto de lei proposto pelo governo dos Estados Unidos, cujo objetivo é proteger as empresas detentoras dos direitos de propriedade intelectual sobre determinados conteúdos, tais como: estúdios de cinema, emissoras de TV, gravadoras de música, editoras de livros, entre outras. (FONTE: <http://www.significados.com.br/pipa/>)

alterada, ampliando os modos de comunicação, convertendo em “uma esfera pública interconectada”. Deste modo, a internet afetou as formas de concepção dos fluxos informacionais, o que aumentou o poder dos indivíduos a partir desta nova esfera pública.

A ações coletivas em rede (ciberativismo) delegam novas formas de poder para os interagentes. Neste sentido, Castells, em seu livro “Communication Power” determina quatro tipos de poder: 1) poder de conectar em rede; 2) poder da rede; 3) poder em rede e 4) poder de criar redes. Dentro desse propósito, o pesquisador espanhol define “autocomunicação de massa”, que seria a possibilidade de produzir, acessar, compartilhar sem mediação na grande rede e em massa, algo como “a era da comunicação compartilhada”, ideias bem próximas aos que os principais teóricos da cibercultura (LEVY, 1999; LEMOS, 2002) defendiam, de uma rede aberta, libertária, P2P, free. Para ele, a era da comunicação compartilhada substituiria a era da Comunicação de massa, pois além de dispensar o conteúdo dos grandes meios, estabelecendo trocas conteúdos em pequenos grupos, os cidadãos estão se tornando capazes de falar às massas.

Uso intensivo das redes sociais e das plataformas digitais nas manifestações

Além das reivindicações em formas de faixas, cartazes, gritos de guerra e camisas pelos manifestantes que tomaram as ruas do país, as redes sociais e sites convocaram as pessoas nestes ambientes. Neste contexto das informações descentralizadas, das apropriações das redes sociais e das tecnologias digitais pelas manifestações, pode-se elencar algumas iniciativas que serviram como mediações para organizar novos encontros, bem como acompanhar o foco do ativismo. No facebook, foram criadas as *fan pages* com nomes #VEMPRARUA, #OGIGANTEACORDOU, por exemplo, serviram de principal arena para o evento, como também, colocar informações que saíram na grande mídia, informando e mantendo o interagente atualizado do assunto. De modo similar com textos analíticos e fotografia expandida, o Tumblr Poder e Responsabilidade¹⁰ preocupa-se a abordar as imagens marcantes do das manifestações, através de

10 <http://poderresponsabilidade.tumblr.com/>

vários sites e fotógrafos. Na página oficial, eles disponibilizaram o link do Pinterest ¹¹ com a compilação de imagens do movimento.



Figura 1: Fan Page no Facebook do Movimento Vem para RUA BRASIL

Dentro das pautas reivindicatórias pelos brasileiros, o #CausaBrasil é uma plataforma que surge com a missão de compreender o que ocorre durante os protestos, de maneira visual e em tempo real. As informações ali postadas no site são oriundas das redes sociais como Facebook, Twitter, Instagram, Google+ e YouTube a partir das menções que as pessoas fazem em relação ao movimento, via #hashtags. Em formato de bolhas sincronizadas, estas indicam, pelo tamanho, a quantidade de menções que foram feitas a determinado assunto (Governo Dilma, por exemplo) e em quais redes sociais foram postadas e *taggeadas*.

¹¹ <http://poderresponsabilidade.tumblr.com/ourpinterest>



Figura 2- Layout do #CausaBrasil, site de monitoramento de menções via redes sociais

A crise da democracia representativa (que ganhou o famoso bordão “Não me Representa”) e o ativismo em rede são caracterizadas por Castells (2013) como autoconvocadas e articuladas, por isso fomentam novas formas de participação dos cidadãos, que não existia: “Antes, se estavam descontentes, a única coisa que podiam fazer era ir diretamente para uma manifestação de massa organizada por partidos e sindicatos, que logo negociavam em nome das pessoas. Mas, agora, a capacidade de auto-organização é espontânea. Isso é novo e isso são as redes sociais. E o virtual sempre acaba no espaço público. Essa é a novidade. Sem depender das organizações, a sociedade tem a capacidade de se organizar, debater e intervir no espaço público”.

A Sociedade em Rede amplificou o limite de atuação política por parte dos cidadãos, cujas redes sociais e plataformas digitais estimularam e intensificaram essa participação. Deste modo, o cenário aponta para novas formas de cidadania, sociabilidades e de construção de um espaço público, onde as pessoas possam ser ouvidas, ao passo que a forma de fazer política deve ser repensada, assim como a instituição de debates públicos para decidir medidas importantes, e não mais se limitando às paredes do Congresso Nacional.

Referências

AMADEU, Sérgio. Ciberativismo, cultura hacker e o individualismo colaborativo. Revista USP, v. v.1, p. 28-39, 2010

AMADEU, S. Game-Ativismo e a Nova Esfera Pública Interconectada. In: XXXII Congresso

Brasileiro de Ciência da Comunicação. Curitiba. Anais..., Curitiba, PR, 2009.

ANTOUN, H.; MALINI, F., Ontologia da liberdade na rede: as multi-mídias e os dilemas da narrativa coletiva dos acontecimentos, In: XIX Encontro da Compós, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, RJ, 2010.

CASTELLS, Manuel. Communication Power. Oxford, University Press, 2009.

LEMOS, A. Cibercultura, tecnologia e vida social na cultura contemporânea. Porto Alegre: Sulina, 2002.

LEMOS, André. Cidade e mobilidade: Telefones celulares, funções pós-massivas e territórios informacionais. Revista Matrizes, 2009.

PAIVA, C. C. . O julgamento do mensalão e as redes sociais de interpretação. Pistas para uma hermenêutica da comunicação e cultura midiática compartilhada. In: XXII Encontro Anual da Compós - Associação dos Programas de Pós Graduação em Comunicação, 2013, Salvador - Ba. E-Compós (Brasília). Salvador: Compós - Ed.UFBA, 2013. v. 1. p. 1-15.

RECUERO, R., A Conversação em Rede. Porto Alegre, Sulina, 2012.

RECUERO, R.; ZAGO, G., Em busca das “redes que importam”: redes sociais e capital social no Twitter, Líbero, São Paulo, v.12, n.24, p. 81-94, 2009.

ZAGO, Gabriela da Silva ; BATISTA, Jandré Corrêa . Ativismo e Agendamento nos Trending Topics do Twitter: o caso Wikileaks. Contemporanea (UFBA. Online), v. 9, p. 101-114, 2011.

Max Weber e as manifestações-de-rua na Paraíba

| WELLINGTON PEREIRA¹²

As socialidades digitais e o estamento das ruas

Todos os processos revolucionários foram reveladores de novas ferramentas que se tornaram armas: dos códigos de leis ao sabre.

Mas nas revoluções consideradas “revolucionárias”, como a de 1789 na França, havia a consolidação de outros elementos capazes de alinhar as barricadas às mudanças socioeconômicas: as ideias de classe e dos partidos dirigentes das classes. Não havia fissuras entre o racional e o irracional que não fossem preenchidas pelo estigma da luta de classes. Os sem classes não eram computados na estatística dos projetos revolucionários.

A primeira erosão sentida nas estruturas sociais apareceu no Maio de 68 (por engano considerado unicamente francês), mas ainda respondia às formatações de lideranças estudantis que se tornaram - mais tarde- líderes político-partidários. Daniel, Le rouge, da efervescente Université de Nanterre (FR) comandava a massa de estudantes contra as novas “guilhotinas” estatais.

Esse Maio de 68 se prorrogou até a desmoralização do governo Nixon - cujo desdobramento rendeu a criação de ídolos no jornalismo “investigativo”. Mas tudo isso sob (para usar um jargão televisual) “nova orientação”. É claro que alguns grafites nos muros parisienses reivindicavam certa atenção à lógica subjetiva impulsionadora dos movimentos. Os artistas do mundo inteiro aproveita-

¹² Wellington Pereira é Doutor em Sociologia pela Université René Descartes Paris V – Sorbonne, professor do Curso de Mídias Digitais - UFPB –Campus I -, coordenador – desde 2002 – do Grupecj – Grupo de Pesquisa sobre o Cotidiano e o Jornalismo

ram essa parte “subjetivamente concreta” e até cantaram: “É proibido proibir”. (Caetano Veloso).

Mas os movimentos eram dependentes dos mestres explicadores, dos filósofos político-orientadores, do flerte do Existencialismo sartreano como Livro Vermelho de Mao. E , assim, a política perdeu o senso aristotélico (no sentido de administrar a Pólis), mas ganhou o sentido espartano da orientação para o consumo de ideologias atrelado às leituras apressadas da retórica de “esquerda”. Essa forma de fazer política uniu a solidariedade mecânica (Durkheim) com a liderança carismática (Weber), e colocou o cidadão no diminutivo.

A dificuldade de interpretar as manifestações- de- rua no Brasil do século XXI se efetiva na falta de polarização entre classe e liderança, na capacidade de prescindir de orientações verticais. Isso ficou patente no não reconhecimento de lideranças carismático-tradicionais. E os que foram formados à sombra dessas lideranças acusaram as manifestações de desfocadas, desorientadas. Faltou aos analistas a compreensão da importância do mundo subjetivo nessas manifestações, como nos ensina o sociólogo Max Weber: compreender e interpretar o sentido subjetivo das ações sociais.

A ação social não mais sob constrangimento social, mas vista através do imaginário social, de seus recursos subjetivos que cada indivíduo tem para analisar: leis, estatutos; no sentido de tornar o comportamento do cidadão compreensível.

O projeto político-pedagógico da sociedade em rede.

Um novo espectro ronda a esfera pública do mundo inteiro: é o fantasma hamletiano do poder que procura um príncipe em todos os reinos podres, agora sem geografia determinada. E esse espectro não cabe mais nos manuais de Ciência Política - tampouco nas etiquetas de maldade confeccionadas por Maquiavel para a formação de príncipes iluministas. As conexões em rede criaram um novo espectro político que recusa os líderes carismáticos (à la Weber) capazes de hipnotizar as massas e fazê-las marchar até o front.

As lideranças tradicionais, legais e carismáticas são frágeis diante de celulares e tablets, pois estes colocam a política nas ruas em ordem geométrica.

Desconfiando da primazia da técnica como metafísica acabada, as manifestações-de-rua une a esfera pública à Biopotência contra a sacralização de um poder baseado em técnicas para controlar as massas. Por isso, a nova forma de liderança sociopolítica é espiral.

O líder político imóvel falando apoiado em seu cedro, cuspidor verdade em púlpito pago com dinheiro público, está morto. O projeto político-pedagógico das mídias digitais reconhece as micro revoluções conjugadas na Ética dos afetos (Spinoza), numa nova ecologia das ideias: **noosfera**.

Nas manifestações-de-rua quem ousará falar em nome de Nietzsche, nem de Marx ou Hegel. Todos falaram falar por Nós e não **de per se**. Esta foi uma das lições deixadas pelo “ajuntamento” midiático na esfera pública contemporânea.

As ruas se tornaram “intergalácticas” e o Agir Comunicacional (Habermas) se universalizou. Assim não podemos esquecer o famoso aforismo técnico-capitalismo: tudo instrumento é uma arma. Mas as mídias - portáteis ou não - impulsionaram a força dos imaginários sociais.

Alguns problemas devem ser rediscutidos nessa nova reengenharia social: 1) a mídia não pode continuar a ser uma extensão do latifúndio e do modelo escravocrata aplicado ao modo de produção capitalista; 2) a mídia entretenimento; 3) o jornalismo prêt-à-porter (pronto para ser usado sem reflexão).

A mídia sem uma escola forte, capaz de promover reflexões socioculturais, é latifúndio improdutivo nas mãos de político, e pelourinho contra os direitos do consumidor.

Ensinar é pensar, algo mais sofisticado que apertar botões. Nenhum partido ou demiurgo pode se “pabular” de dominar as técnicas de governabilidade dos povos. É claro que a diferença econômica, a corrupção e os totalitarismos persistem numa educação que faz parte de uma classe que traiu até a estética burguesa, pois não lê romance, não assiste a bons filmes, e, como consumidora, pensa a vida social através de **apps** gratuitos. Mas chegou a hora de mostrar que os Ídolos do Teatro (Francis Bacon) não assustam mais, pois têm os pés de barro.

Não leia jornais, leia as ruas.

Faz-se necessário ler, pedagogicamente, os meios de comunicação de massa, - sobretudo aqueles que confundem as estéticas do cotidiano. Eles sempre desqualificam as lutas sociais.

A luta do povo brasileiro não se dá apenas contra as siglas partidárias nas quais a corrupção enferruja a democracia. Mas no combate à mídia neoliberal que se posiciona diante das manifestações de rua como extensão da dominação legal-tradicional (Weber).

Na produção e difusão de informação em escala industrial, a mídia procura gerar demandas argumentativas para privilegiar setores financeiros aos quais está atrelada.

Nesse momento histórico, é preciso ter cuidado com os nossos articulistas -revolucionários da mídia impressa, - porque eles enxergam a política como algo desterritorializado. Por isso, a leitura das políticas partidárias não pode prescindir de uma leitura das manifestações-de-rua.

A rua é o púlpito de todas as liturgias.

Os paralelepípedos das ruas que teceram o Maio de 68 em todo o mundo, foram arremessados pelos filósofos situacionistas - como Guy Debord - para denunciar o falso sonho do espetáculo.

A rua é sempre uma extensão da casa - como nos ensina Roberto da Matta - ou a oikonomia do Eu - como aplaca o conceito de cidadania dos caldeus.

Rua sempre é palco, Édipo em Tebas, Antígona, Beijo no asfalto. Todas as ruas são a Via Ápis - que ergue e destrói impérios.

As ruas são galáxias com seus rios de sangue ou mel no ato de atirar pedras na Faixa de Gaza. Marco Polo trouxe ao Imperador cidades, mas não falou de ruas - talvez com receio que a sua liberdade provoca nos poderes.

Nas ruas, há sempre a convergência dos contrários, - sobretudo quando a violência do Estado não cabe nos silêncios individuais. Excessos hão de existir - falsos militantes - usando a contrainformação para o palco das pulsões denegrir. Mas desde Roma se advoga que o saber das ruas não se provoca.

Portanto, (por menos) vinte centavos retirados do bolso do estudante, trabalhador, valem muito.

Uma cidade sem passe-livre

As manifestações- de-rua em João Pessoa, Capital do Estado da Paraíba, tiveram como centelha o preço do transporte público, o que historicamente já demarcou a luta entre classes sociais e estamentos – na década de 1980, quando houve a tentativa de estatização do transporte coletivo

O então Governador Estadual – Tarcísio de Miranda Burity – criou – nos anos 80 – a Setusa – uma companhia estatal de transportes coletivos que passou a competir diretamente com empresas privadas. Mas logo se viu nascer uma “efetiva” contrapropaganda para estereotipar os “serviços” prestados pela Setusa.

Os estamentos – sindicatos representativos dos proprietários de empresas de transportes coletivos passaram a associar os usuários dos coletivos da Setusa a uma espécie de “lumpen-proletariado” que impedia a visibilidade de uma classe média capaz de conduzir seu próprio automóvel. Mas não era diferenciada das classes mais pobres quando usava os ônibus da Setusa para ir à universidade ou às praias de João Pessoa.

A utilização de estereótipos contra os usuários da Setusa chegou ao ponto máximo quando os jovens de classe média – à época – começaram a tecer piadas sobre aqueles que tinham como única opção de deslocamento na cidade os ônibus da empresa estatal. Portanto, “andar de Setusa” era sinônimo de desqualificação social.

Os sociólogos e os cientistas políticos da época não perceberam que a estereotipia – um recurso retórico violento – se instalara sob os auspícios dos empresários de ônibus, e de parte da imprensa financiada por estes, para desqualificar o serviço estatal de transportes.

Houve um conflito entre estamentos e classes sociais –conceitos caros à sociologia de Max Weber – que destruiu a eficácia do Estado da Paraíba em manter um serviço de transportes públicos com a mesma eficiência dos setores privados.

Nas manifestações-de-rua, na João Pessoa deste século XXI, alguns manifestantes empunharam cartazes enfocando a eficiência da Setusa enquanto empresa de transporte estatal. Algo que, na época, não foi percebido, pois a propaganda do estamento empresarial foi eficaz para isolar Estado e classes sociais nas negociações pelo direito ao passe-livre e um melhor transporte público para estudantes e trabalhadores

A “Primavera Acadêmica”: o mercado de artigos científicos

LILIAN CRISTINA MONTEIRO FRANÇA¹³

Não existe pesquisa sem revisão de literatura e referencial teórico. Em um momento em que o fluxo de comunicação se acelera e a Internet disponibiliza uma vasta gama de artigos científicos, escritos sob as mais variadas perspectivas, orientações e matizes teóricos, uma nova barreira se apresenta.

Se, antes da rede das redes, o acesso à produção acadêmica envolvia o deslocamento até as grandes bibliotecas e a seus acervos de livros, revistas científicas, teses, dissertações e monografias, demandando recursos consideráveis para o transporte/alojamento, hoje, a cobrança por acesso a conteúdo (*paywall systems*) vai surgindo como nova preocupação, mais uma vez segmentando o acesso ao conhecimento.

Um pesquisador que deseje ler o artigo “n-3 fatty acids and lipoproteins: Comparison of results from human and animal studies”, de William S. Harris, deve “comprar o artigo” por \$39,95 (USD); aquele que quiser estudar as mudanças no jornalismo contemporâneo poderia, por exemplo, selecionar os artigos, “Dumbing down or shaping up: New technologies, new media, new journalism”, “Journalism in a state of flux: Journalists as agents of technology innovation and emerging news practices”, “New media and journalism practice in Africa: An agenda for research”, “Coming to Terms with Convergence Journalism: Cross-Media as a Theoretical and Analytical Concept”, “US Foreign Correspondents: Changes and Continuity at the Turn of the Century”, e teria em seu “carrinho de compras” a quantia de \$125 (USD), \$25 (USD), pelo acesso a cada um dos cinco artigos.

¹³ Lilian Cristina Monteiro França é professora/doutora do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Sergipe (DCOS/UFS).

Mas se o preço parece alto, existem alternativas, é possível alugar um artigo científico por 24h com valores que oscilam entre \$1,99 (USD) e \$12 (USD) ou optar pela compra de pacotes que dão direito à leitura de um determinado número de artigos por um preço mais baixo, por \$9,99 (USD) ou \$19,99 (USD) a depender da área.

Nesse shopping de artigos, a lei da oferta e da procura também funciona, artigos mais procurados têm valor mais elevado, assim como autores mais conceituados. Como determinam as estratégias de marketing, lançamentos são mais caros e artigos com mais de dois anos sofrem deflação, alguns chegam, mesmo, a entrar no espaço de liquidação, antes de serem liberados para os espaços de acesso gratuito. Grandes portais oferecem planos individuais e institucionais e descontos especiais para quem quiser voltar a ser assinante.

No site da *DeepDye-Search, Rent, Read* é possível arrendar 40 artigos por \$40 (USD) por mês, com a vantagem (sic) de poder manter os artigos alugados não utilizados nos meses seguintes (“Unused rentals get rolled over”, afirma o site). O site promete também varrer a *DeepWeb*, zona não indexada da Internet, onde supostamente se encontram artigos e pesquisas raros além dos chamados materiais proibidos (como manuais terroristas, pornografia, tráfico de pessoas e drogas, entre outros) e que merece a constante vigilância dos serviços de informação. Em resumo, o *DeepDye* protege (sic) o usuário que não precisa se arriscar a mergulhar nas águas turvas da “web invisível”.

Ironias à parte, o mercado de artigos científicos vem se tornando cada vez mais rentável. Duas das maiores editoras de artigos científicos elevaram os preços de suas assinaturas *on-line* em mais de 145% nos últimos seis anos.

A crise promovida pelos paywall systems não atinge apenas os pesquisadores individuais. Recentemente, a universidade de Harvard publicou uma nota informando que não pode mais arcar com o custo da assinatura de revistas e portais científicos (cerca de 3,5 milhões de dólares por ano) e recomendou que seus pesquisadores passassem a publicar seus artigos em plataformas de acesso livre. Robert Darnton, diretor da Harvard Library, em entrevista ao jornal *The Guardian*, disse que o custo da assinatura de uma revista científica, como o *The Journal of Comparative Neurology* equivale ao custo de produção de 300 monografias (ver <http://www.theguardian.com/science/2012/apr/24/harvard-university-journal-publishers-prices>).

Um movimento chamado “primavera acadêmica”, uma analogia à chamada “Primavera Árabe”, capitaneado pelo matemático e pesquisador de Cambridge, Tim Gowers, prega um boicote à principal editora de publicações científicas, a Elsevier. O movimento conta com um site, o The Coast of Knowledge (<http://thecostofknowledge.com/>), em que os pesquisadores podem declarar o seu boicote e optar por publicar apenas em plataformas de acesso livre. O grupo também se recusa a atuar como parecerista para qualquer tipo de publicação que cobre por acesso, numa estratégia que pode desmontar os sistemas baseados na avaliação do tipo peer reviewed.

As três maiores editoras da área, *Elsevier*, *Springer* e *Wiley*, detêm mais de 20.000 publicações científicas e representam 42% de todos os artigos publicados no mundo e o lucro das três soma alguns bilhões de dólares.

Submeter artigos para a publicação em alguns periódicos também implica no pagamento de taxas. A pressão para que os pesquisadores tenham seus trabalhos publicados abriu um novo nicho de mercado; o preço para publicar artigos em algumas revistas chega a \$5.000 (USD), como é o caso da revista *Cell Report*, que destaca: “To provide open access, expenses are offset by a publication fee of \$5000 (USD) that allows *Cell Reports* to support itself in a fully sustainable way. This publication charge **is the only fee** that authors pay” (grifo meu). O valor da taxa é superior à maior parte dos salários mensais pagos a professores universitários no Brasil. A *Cell Report* não cobra pelo acesso aos artigos, inserindo-se no rol das publicações do tipo *open access*.

Algumas publicações exigem pagamento mesmo para artigos que forem rejeitados, sob o argumento de que os pareceristas são remunerados para fazer a avaliação dos artigos. A remuneração varia, em média, entre \$32 e \$400 (USD), para cada artigo avaliado.

De todo modo, as contas não fecham. Os custos com impressão em *offset* não se justificam numa era em as publicações são majoritariamente baixadas pela web, os custos administrativos alegados e com os pareceristas também não justificam o fato de um artigo de vinte páginas custar quase o dobro de um livro de cem páginas. Se a lógica fosse essa, as editoras já teriam fechado as suas portas.

O chamado “fator impacto” determina o “preço do prestígio”, fazendo com que os pesquisadores invistam no pagamento para publicar, ameaçados pela pressão do “publicar ou perecer”. Recentemente, quatro periódicos brasilei-

ros foram punidos pela *Thomson Reuters* e suspensos do ranking por um ano, em virtude da aplicação de um algoritmo que fazia elevar o “fator de impacto” através do aumento do número de citações, fator este que é considerado nas avaliações de jornais científicos.

Em uma era marcada pela Web 2.0 e sua perspectiva de produção colaborativa, o mundo acadêmico parece sucumbir à lógica capitalista do lucro, monetizando a ciência e a produção do conhecimento.

O gigante quis apenas dar um susto?

RUI LEITÃO¹⁴

No Brasil, a última vez que aconteceram manifestações nas ruas foi por ocasião do movimento “Fora Collor”. Desde então, o “gigante”, plácido, dormia em berço esplêndido, a despeito das mazelas que corroíam seu corpo. Foi então que uma dor menor, porém muito incômoda, despertou o “gigante”. O anúncio de vinte centavos de aumento nas tarifas do transporte público fez com que, em São Paulo, surgisse o primeiro movimento do seu “acordar”.

A dosimetria do remédio, aplicada para sanar a perturbação causada, teve efeito colateral inesperado. A inadequada, inconsequente e violenta repressão policial provocou reações alérgicas em todo o corpo do “gigante”. Claro, isso o fez se erguer, sair do estado de letargia e retomar sua capacidade de pensar e de agir, percebendo que não só os vinte centavos majorados nas passagens de ônibus era o que o perturbava, mas uma insatisfação generalizada com a política e com os políticos. Em sua estrutura orgânica outras moléstias, lhe incomodavam com sensações desagradáveis que foram diagnosticadas como:

- a. Ineficiência de gestão pública, corrupção, nepotismo, malversação do dinheiro público;
- b. Insegurança, crime organizado, desaparecimento das polícias militares, falta de políticas públicas para combate às drogas;
- c. Deficiência na oferta da saúde pública, falta de profissionais médicos nas periferias e municípios distantes dos grandes centros, hospitais sem as mínimas condições de atendimento;
- d. Investimentos públicos insuficientes para atender as demandas educacionais do país, baixa remuneração dos professores, métodos de ensino

¹⁴ Jornalista, Escritor, autor de *1968: o grito de uma geração*

ultrapassados, carência de condições materiais nas escolas das regiões pobres;

- e. Falta de investimento em transporte público de qualidade, indefinição de uma política de mobilidade urbana que permita uma melhor qualidade de vida aos brasileiros, falta de vias expressas e corredores exclusivos de transportes públicos nas grandes cidades.

Aí, listado, apenas alguns sintomas das doenças que estavam e ainda estão abatendo a saúde do “gigante”. Sem falar no desemprego, na forte carga tributária, na impunidade, etc. O “gigante” sente esses incômodos há décadas, sem que qualquer remédio lhes sejam aplicados.

O inusitado é que o “gigante” acordou, assim de repente, sem que ninguém esperasse. Em épocas passadas seu despertar sempre foi devido a uma programação, um planejamento de lideranças e instituições que se organizavam para fazê-lo sair do torpor. Dessa vez, ele levantou-se sozinho, por força das doenças que lhe deixavam mal. Nas entranhas do seu organismo surgiu como novidade uma forma inédita de comunicação, a internet, aliada as redes sociais seu corpo foi convocado a um só tempo para acordar.

De pé, agitado, uma fera ferida na dignidade e na alma, decide bradar aos quatro cantos do mundo, todas as dores que o aflige e atacar todas a um só tempo. Qualquer pessoa em sã consciência sabe que é uma estratégia que não conduz a bons resultados. É preciso eleger prioridades. Definir focos de atenção. Por essas e outras ações o movimento, ficou meio confuso e enfraquecido e muitos dos que se agregavam às manifestações não sabiam ao certo porque estavam nas ruas. Faltava consciência política. Por outro lado células perversas que se juntam de forma desorganizada, um tipo de câncer, e se aproveitam para provocar cenas de vandalismo, inibindo os que portam bandeiras de luta e boa fé.

No entanto o “gigante” estava animado. Passou a confiar realmente que era chegada a hora de exigir atitudes e posturas de forma a ter de volta um corpo e uma cabeça sadios. A efervescência política, sem cor partidária ou matiz ideológico, fazia por acreditar que estávamos vivendo um fato histórico, momento de união de todas as forças, raças e credos, mesmo que antagonicos. O objetivo era um só, fazer com que o “gigante” se movimentasse e produzisse condições que o fizessem conquistar melhorias em todos os sentidos. Sair da inércia, da

passividade, da alienação. era o mínimo que se esperava de uma sociedade que deseja reconquistar sua cidadania plena e seus valores democráticos. Entretanto, meses depois, o que vemos de concreto em termos das mudanças reclamadas? Na minha visão, são pífios os resultados. A reforma política, que seria o ponto de partida para a ruptura de uma cultura viciada e prejudicial à essência do que se pode chamar de ética, responsabilidade e moral, praticamente não saiu do papel e das propostas. Pontualmente algumas intervenções nas políticas de saúde, educação e mobilidade urbana foram adotadas, mas sem ainda terem a repercussão que se faz necessária.

A mobilização social, o clamor das ruas, as manifestações coletivas, foram minguando. Será que voltamos ao estado de dormência crítica? A indignação e revolta que alimentaram esse movimento espontâneo do povo diminuiram? O “gigante” calou-se? A pluralidade das causas pelos quais brigavam determinou esse esvaziamento da luta? Houve uma acomodação popular? O brado retumbante deixou de ecoar? Quais as consequências práticas para o futuro próximo do Brasil.

O certo é que não existe democracia sem participação. Uma sociedade mais justa e igualitária só se conquista com o barulho das massas reivindicando seus direitos. O povo como protagonista da história, retomando seu ativismo político, é o principal responsável pelas mudanças que se fizerem indispensáveis para seu bem estar.

Fica a pergunta que não quer calar: o “gigante” quis apenas dar um susto? Valeu a pena? A classe política entendeu o recado do povo nas ruas? Só nos resta esperar com o tempo que a resposta nos seja oferecida.

A primavera brasileira: em pleno outono? ¹⁶

| IVO MARCOS THEIS ¹⁷

Esta breve intervenção tem o modestíssimo propósito de aportar um ponto de vista sobre a chamada “primavera brasileira”, isto é, sobre a sequência de eventos que agitaram dezenas de cidades do país e mobilizaram centenas de milhares de brasileiras e brasileiros no passado mês de junho de 2013. As aspas na “primavera brasileira” (e o uso deliberado do subtítulo acima) deveriam aludir não a um possível equívoco na referência à estação que (talvez escape do senso comum) não corresponde ao mês de junho; mas, antes, evocar uma estação sombria, sobretudo, da perspectiva das possibilidades de enfrentamento dos dois problemas que realmente contam: as deploráveis desigualdades sociais e a grave degradação do meio físico-natural, no Brasil e no planeta. A hipótese que guia esta intervenção é de que nem uma nem outra – nem, sobretudo, o punhado de indivíduos que enrica às custas tanto da miséria das majorias quanto da subtração irracional de recursos da Mãe natureza – foram alvos privilegiados da *primavera brasileira*. Nem por isso, porém, dever-se-ia considerar os eventos de junho como irrelevantes. O que, então, terão sido? Sem qualquer pretensão de oferecer *uma* resposta, com o propósito, apenas, de testar a hipótese acima

16 Este texto pode ser considerado uma versão revisada de notas preparadas para uma intervenção na terceira edição de um Ciclo de Debates, sobre as [manifestações de rua de junho de 2013], promovido pelo Departamento de Ciências Sociais e Filosofia, da Universidade Regional de Blumenau, aos 9 de agosto de 2013. Sou, especialmente, agradecido ao prof. Nelson Afonso Garcia dos Santos, responsável por tal Ciclo de Debates e, portanto, pelo convite para que participasse desta edição.

17 Economista, doutor em Geografia pela Universidade de Tübingen [Alemanha], professor e pesquisador da Universidade Regional de Blumenau e bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq [ivo.theis@pq.cnpq.br].

formulada, e com vistas a favorecer maior fluidez na sua leitura, dividiu-se o texto em quatro partes distintas, além desta introdução e da conclusão.

O que aconteceu em junho?

Talvez, as manifestações de junho de 2013 não tenham sido nada demais, *apenas um espasmo diluído na falta de demandas claras*. Como teria dito Francisco de Oliveira, “Ninguém sabe [os motivos que levaram, brasileiras e brasileiros, às ruas]. Estão todos chutando hipóteses”.

No princípio, era pra ser apenas um protesto contra os R\$ 0,20 da tarifa de transporte público em São Paulo. Mas, logo deixou de ser somente isso. Por qual razão? Aqui já se imiscui o objeto da terceira parte desta intervenção: o dispositivo midiático. Ao cobrirem as manifestações, os veículos de comunicação conservadores pegaram uma carona bacana e procuraram desgastar gestões locais progressistas. Convidados a descer, voltaram-se contra os *vândalos*. Na sequência, tiveram que constatar a repressão policial que, especialmente, em São Paulo, e não restrita aos *desordeiros*, comeu solta. Por fim, recuaram – até porque foram atropelados pelas “novas mídias”. Aliás, a essas também é preciso voltar mais à frente. O fato é que as manifestações do início de junho ganharam dimensões que ninguém previu. Tampouco, Brasília.

As ruas continuaram a encher por várias semanas e gritavam querer a cabeça da Dilma, do Lula, da FIFA, da Dilma de novo, dos corruptos, dos mensaleiros, dos políticos em geral, da Dilma outra vez... Enfim, sobrou pra muita gente, inclusive para o governo federal. E, talvez não surpreendentemente, até para os vermelhos de diversas tonalidades, execrados pelo dispositivo midiático, humilhados pelos vinagreiros, enxotados das passeatas.

Como isso e todo o resto do que aconteceu em junho passado é mais que sabido, pode-se passar para a segunda parte.

O sentido do “fora Dilma”

Parece não haver dúvida de que, já faz algum tempo, o país vem desfrutando de inflação abaixo de 7% ao ano, assim como de uma trajetória de crescimento de empregos e carteiras assinadas. Nem de que tantos jovens em idade de

estudar venham frequentando uma escola (vá lá: de não tão boa qualidade). Aliás, de que tantos jovens venham acessando recursos para estudar fora do país, fazer mestrado e doutorado (anualmente, formam-se 11 mil doutores em Pindorama). Nem de que tanta gente tenha acesso a serviços de saúde (vá lá: o plim-plim insiste que faltam médicos, embora odeie a ideia de uma cooperação com Havana).

Também parece que todas as coisas ditas a respeito do aumento real do salário mínimo e dos benefícios do “bolsa família” são verdadeiras. E que milhões de miseráveis tenham sido içados para a camada dos pobres, e desta camada, alguns milhões tenham sido lançados para uma nova classe média – que, ademais, fazem a alegria do comércio, da indústria, dos bancos...

Há que lembrar que algumas ruidosas manifestações que tiveram lugar nalguns países do Velho Mundo tiveram relação com a crise econômica, que ganhou corpo em 2010-2011, especialmente, na Grécia, na Espanha, em Portugal, na Itália e na Irlanda – na esteira da crise do subprime, nos EEUU, em 2008. Os números, no primeiro semestre de 2013, informam que há mais de 25 milhões de desempregados na zona do Euro, o que corresponde a uma taxa média de desemprego de 10,6% - maior num país (por exemplo, Espanha), menor noutra. Entre os jovens, o desemprego alcança 23,3%. Pindorama, em comparação, surfa em indicadores sociais e econômicos muitíssimo mais favoráveis.

Voltando ao “fora Dilma”: a pergunta (que mesmo eleitores não petistas fazem) aos portadores das estranhas faixas pedindo a cabeça da presidenta é: não tem eleições marcadas para presidente em 2014? Logo, quem quer uma alternativa, não vai precisar esperar muito mais que um ano para, dentro das regras vigentes (de muitas das quais nem se deve gostar muito...) fazer *outra* aposta.

Agora, quem gritou “fora Dilma” pensando não numa “alternativa eleitoral”, mas numa possível outra forma de fazer política errou – por duas razões principais: primeiro, porque avaliou, pessimamente, a correlação de forças para tentar algo, digamos, tão transcendente; e, segundo, porque quer fazer política, de fato, praticando antipolítica – ao excluir a Dilma e seus amigos dessa suposta outra forma de fazer política. Há que aprofundar isso um pouco.

Alguns protestantes exibiram uma ignominiosa “rejeição histórica à política” – e à democracia enquanto forma de encaminhar conflitos. Muitos não mostraram a cara, supostamente, para não serem identificados pela polícia – embora quisessem a solidariedade dos que não têm medo de mostrar seus rostos. Al-

guns se refugiaram num *discurso da horizontalidade*, quando agiram de acordo com planos (traçados por alguém), não informados aos que aderiram às passeatas, às manifestações, aos protestos. Rejeitaram, retoricamente, todos os partidos – mas, na prática, toleraram a presença de qualquer mortal que trajasse algo parecido com uma camisa da seleção brasileira – mesmo, no auge do protesto contra o superfaturamento nas reformas dos estádios e contra a FIFA. Por fim, considerando a cobertura dada pelo dispositivo midiático e o material acumulado nas redes sociais, parece que não se incomodaram tanto com a visibilidade – com seus 15 minutos de fama – conquistada, sobretudo, junto ao plim-plim e demais sócios da GAFE (globo, abril, folha, estádio). Pode ser um equívoco. Mas, então, os protestantes operaram com conceitos de política e democracia pouco inteligíveis.

O dispositivo midiático

Os jornais impressos vivem seu inferno astral: queda nas tiragens, perda de credibilidade etc. A TV, entretanto, com todas as trapalhadas, sentiu-se poderosa – de novo! Cabe lembrar: dados de setembro de 2012 informam que, na média, cada brasileiro dedica cerca de 5 horas/dia à televisão, isto é, algo como 1.800 horas/ano (embora a concorrência da internet, sobretudo, das redes sociais, especialmente, do facebook, aumentou muito). Outros dados: mais de 700 horas desse total são cativos do plim-plim. No passado, era ainda pior. Por exemplo, as novelas globais tinham audiências que variavam de 60% a 80% nos anos 1970. Nos anos 2010, baixaram para 40%. E em 2012 caíram mais uns 10%. De qualquer forma, é impressionante que 96,9% das famílias brasileiras tenham pelo menos uma televisão nos seus lares doces lares (dados de 2011).

Será, então, que o povo foi pras ruas pelo chamado das redes sociais? Em matéria do início de julho de 2013, Elizabeth Lorenzetti considerou que sim. Ela afirmou que “a revolução (sic), seja ela qual for, será transmitida e retransmitida pela internet, esta outra grande revolução do território do nosso pensamento”. É uma afirmação a sério. E sendo assim, fica-se em dúvida, novamente, sobre os significados atribuídos a termos como revolução. Revolução? Por mil motivos, não se tratou nem se trata de revolução. No entanto, vale notar para a empolgada revolucionária que, se fosse revolução, seria de todos, para todos, com todos – inclusive, com os ocupados com a internet. No dia de uma nova queda da

bastilha, todos deverão estar demasiadamente ocupados em fazer a revolução para registrar virtualmente qualquer coisa.

Em seu empolgado texto, Elizabeth Lorenzetti desqualificou Marilena Chauí que, admitindo um dado objetivo para o que ocorreu em São Paulo, em junho de 2013 (*o inferno urbano*), caracterizou as manifestações de junho como... Manifestações. Sua decepção, Elizabeth Lorenzetti a traduziu assim: “[Marilena Chauí] desconsidera a força e o poder de multiplicação das mensagens nas redes sociais, especialmente neste caso, quando elas embutiram consonância com (vários) problemas da população e impactaram suas mentes”. Cumpriria perguntar: de quais problemas se trata? Problemas de que fração da população? Aliás, que mensagens alcançaram que frações da população? Enfim, que tipo de impactos as mensagens promoveram nas mentes da população? Sobre isso, não há uma linha...

Mais adiante, já decepcionada com os ultrapassados intelectuais desplugados, Elizabeth Lorenzetti diz que “aqueles que não vivem a rede não têm condições de entendê-la por ouvir falar. E, se apresentam dificuldade de manejar as novas ferramentas da comunicação, têm obrigação de fazê-lo enquanto quiserem continuar contribuindo com suas análises”. Talvez Chauí e mortais devessem deixar a rede... Para os cabos eleitorais de uma outra nova Rede?

Mas, esse é o refrão: a revolução feita *desde* a rede, talvez, *pela* rede. Ao final de seu texto, Elizabeth Lorenzetti cita a jornalista Ana Lagoa, que chega a defender que “caminhamos para uma sociedade fractal, quântica”. Alcança esse resultado citando Maturana, Pierre Lévy, Castells, Piaget... A propósito: Lagoa é “especialista em gestão da inteligência empresarial”.

Há que desprezar a internet e as redes sociais? Não. Afinal, 102,3 milhões de brasileiros (inclusive, viciadinhos no monitor mal contando dois aninhos) já têm acesso à internet em Pindorama (dados da *Wireless Mundi*). No entanto, registre-se que não mais que 56,4 milhões de patrícios eram usuários ativos da mesma em maio de 2013.

Outro número que relativiza “a força e o poder” da internet e das redes sociais: 74,9 milhões de brasileiros NUNCA acessaram a internet. Na área rural, 77% daquela laboriosa população NUNCA acessou a internet (dados da CETIC.br).

Informações recentes (baseadas em pesquisa do CNT/MDA, de 7-10 jul. 2013) confirmam que o facebook tem ampla preferência nacional entre as redes sociais. Dos que acessam alguma rede, 71,1% estão com o “face”. Mas, 40,2% do total de entrevistados informaram não ter acesso à WEB. E, para a decepção dos empolgados que atribuem tanta força e tanto poder à internet, daqueles que não têm acesso à WEB, 25,4% informaram não ter planos de se matarem por um acesso.

Parece suficientemente evidente que as redes têm lá sua relevância. E, certamente, foram importantes para a disseminação das manifestações. Mas, sequer alcançaram aos que, de um modo ou outro, estão ligados em rede. E esses não constituem o total da população. E, portanto, não são representantes de qualquer angústia da gente que não está ligada em rede. Embora a internet seja cada vez mais importante, a televisão ainda tem um poder de fogo que os empolgados revolucionários ligados em rede parecem desprezar.

Agora, admitindo-se que, na sua elaboração e disseminação, a agenda dos manifestantes de junho tenha tido, como alardeado, forte participação das redes sociais, tem-se um problema político de não pequena gravidade. Explica-se: os excluídos digitais, então, foram perversamente representados pelos digitalmente incluídos, a partir de uma agenda construída longe das ruas, essas se enchendo apenas para referendar o que os digitalmente incluídos já decidiram. Pode haver, novamente aqui, algum equívoco. Talvez devido à ambiguidade dos conceitos?!

O que, então, importa?

Pelo que valeria a pena ir para as ruas? Pelo que, afinal, valeria a pena fazer uma revolução?

Göran Therborn diz, em letras maiúsculas: pela superação das desigualdades entre os humanos. Nos 25 anos que se estendem de 1981 a 2006, o 0,1% mais rico da população mundial aumentou em 6% sua fatia na riqueza global; os 0,9% seguintes aumentaram em 4%; os 9% seguintes mantiveram suas posições; então, os 90% restantes, obviamente, perderam. E quão ricos podem ser os mais ricos? Hoje, 1.226 bilionários acumulam US\$ 4,6 trilhões – o que supera o PIB da Alemanha, um país bem rico, habitado por mais de 82 milhões de indivíduos. Em contrapartida, entre 2000 e 2007, os desnutridos em escala global

aumentaram de 618 milhões para 637 milhões. A concentração é uma peste que já contaminava países pobres e agora também contaminou as nações ricas (sobretudo, os EEUU). Aliás, já alcançou, inclusive, países remediados como Rússia, China e Índia. É preciso acabar com esse sistema produtor de desigualdades. Por isso valeria a pena ir para as ruas!

David Harvey também diz em letras bem grandes: valeria a pena manifestar-se pelo fim das desigualdades sociais e da degradação do meio ambiente. Essas são as causas.

Toni Negri e Michael Hardt sugerem que se deva lutar contra a propriedade, o trabalho subordinado e a representação.

Já bastaria que se buscassem informações sobre o poder de fogo da Samsung na Coreia do Sul (*Le Monde Diplomatique*, julho de 2013) e da Foxconn na China (*Le Monde Diplomatique*, junho de 2012), duas empresas globais que se valem das reservas inesgotáveis de carne humana, mobilizadas pelo capital, para a sua reprodução continuada naqueles cantos do mundo. Bastaria que se buscassem informações sobre os lucros dos bancos brasileiros em 2012: somente três deles (Banco do Brasil, Itaú e Bradesco) fizeram US\$ 72 bilhões de ganhos, apenas com juros – e por isso estão entre os 50 maiores do mundo. Bastaria que, voltando ao tema das tarifas de transporte público, se buscassem informações sobre como uma única e mesma família, proprietária de 6.000 ônibus e 24 empresas pelo país afora, controla 13% desse mercado em São Paulo e 24% em Brasília e fatura R\$ 800 milhões/ano.

Mas, alguém viu alguém empunhando algum cartaz ou alguma faixa contra as desigualdades sociais e econômicas, contra a degradação do meio ambiente, contra a concentração da propriedade, contra o trabalho subordinado, a favor de maior participação de todos (inclusive, dos digitalmente excluídos), contra “atores” (como os acima referidos) que se beneficiam da barbárie?

Mal concluindo...

A hipótese que guiou esta intervenção foi de que nem as gritantes desigualdades sociais nem a irresponsável exploração do meio físico-natural foram alvos da *primavera brasileira*. Isso, porém, torna os eventos de junho e suas causas irrelevantes? É certo que não.

No entanto, as causas válidas só podem ser o fim da exploração da natureza, o fim da exploração do trabalho alheio, o fim da propriedade, o fim de um mundo que repousa na existência de intermediários e nega que cada um é um. Parece que essas também têm sido causas (de parte) da esquerda. Como chegar lá?

A resposta dos revolucionários empolgados com as ilimitadas possibilidades da rede já é conhecida. A eles cabe lembrar apenas os fatos vividos recentemente pelos espanhóis: entre maio e outubro de 2011, os *indignados* ocuparam a Praça do Sol, lá acampando por 79 gloriosos dias. Apesar de seus alvos terem sido os partidos (e o Estado e o rentismo sem fronteiras...), o Partido Popular de Aznar, herdeiro do franquismo, ganhou as eleições espanholas de 20 de novembro daquele ano – o que representou uma derrota humilhante para os socialistas. As “políticas” postas em marcha pelo neofranquismo têm resultado na esfolação do povo e em 52% de desemprego entre os jovens.

A resposta trivial, então, seria: revitalizando os partidos e fortalecendo os sindicatos. Contudo, há vozes, oriundas (de parte) da esquerda, que afirmam que os partidos e os sindicatos precisam ser reinventados. Talvez.

Num processo de transformação real, em que as causas acima mencionadas sejam amplamente compartilhadas, inclusive, pelos digitalmente excluídos, partidos e sindicatos terão que ser descritos em favor de formas participativas de organização. Entretanto, até que se chegue a esse ponto, será preciso que nos coloquemos de acordo quanto ao sujeito histórico e às organizações humanas que vão fazer a história caminhar, que vão converter as causas válidas em realidade. E pra isso será preciso da política. Pra isso será preciso radicalizar a democracia.

As manifestações e as políticas públicas

RENATO DAGNINO¹⁸

Se há duas coisas em que as análises sobre as manifestações coincidem, elas são: a justiça das reivindicações e a escassez de propostas de como atendê-las. Embora sintam que os problemas que as incomodam teriam que ser resolvidos pelo governo, por não identificarem claramente suas causas, os manifestantes não conseguem articular propostas capazes de resolvê-los.

O governador de São Paulo se apressou a declarar que a redução da passagem levaria à diminuição dos recursos para a saúde e a educação. O que parece ser uma medida adequada quando se limita o jogo das políticas públicas a dois “jogadores”: usuários do transporte e governo. Afinal, o orçamento do governo é escasso!

Como as cadeias de causas que originam os problemas da maioria são obscuras e naturalizadas pelos poucos que deles se beneficiam, as soluções que aparecem se limitam às causas imediatas e se convertem numa saída para manter os privilégios que estão na raiz do problema.

A explicitação das cadeias causais é condição para que as manifestações ganhem em eficácia na proposição de políticas que envolvam os “jogadores” que hoje são penalizados e favorecidos e contribuam para tornar mais justos os jogos sociais.

Este texto que toma como exemplo o início da cadeia que conduz ao alto preço do transporte urbano, o estopim das manifestações.

O preço é alto devido à progressiva expulsão dos pobres das zonas centrais para as periferias, que interessa ao setor imobiliário que financia vereadores,

¹⁸ Professor da Unicamp

que se aproveita das leis de zoneamento e transforma bairros operários em condomínios de alto luxo.

E por que corredores de ônibus e a frota de ônibus não são ampliados? Porque isso pode ameaçar os que se deslocam de automóvel e as multinacionais que os montam. Que, aliás, têm recebido benefícios impositivos que levam ao crescimento do congestionamento das vias.

E porque o preço da passagem é calculado com base num multiplicador aplicado ao custo informado (e dificilmente fiscalizável) pelas empresas de transporte, que também “financiam” vereadores e funcionários. E que como as empresas a que me refiro aqui quase nunca aparecem na mídia ao lado desses corrompidos que elas corrompem.

Essa forma de cálculo faz com que a logística do transporte seja propositalmente irracional - sem estações de baldeação ou veículos com capacidade adequada a diferentes trajetos e horários, etc. - e caro. E que as empresas, com custos de operação menores do que os de outros países (o de mão-de-obra, por exemplo), possam cobrar uma tarifa mais elevada.

A renda do brasileiro que anda de ônibus, por ser mais baixa do que a dos trabalhadores desses países, fica com o seu poder aquisitivo ainda menor quando descontado o que ele paga de passagem. O Brasil é um dos países onde a propriedade (urbana e rural) é mais concentrada. Por isto nosso país, que foi o que mais cresceu entre 1880 a 1980, terminou este século (e segue assim) como um dos campeões de má distribuição de renda.

Para finalizar essa cadeia de causas que interagem e se retroalimentam, volto ao primeiro elo. O crescimento exponencial das cidades que condiciona a expulsão dos pobres urbanos para as periferias é fruto da negativa dos poderosos grandes proprietários rurais em reverter a concentração da propriedade. A reforma agrária, “congelada” por eles desde a década de 1950 mediante sucessivos cerceamentos à democracia, é essencial para o desenvolvimento do capitalismo. Ao promover a criação de um mercado interno para as empresas e a fixação do homem no campo, ela poderia ter evitado os círculos viciosos do capitalismo selvagem como o aqui mostrado.

À medida que se mostra as cadeias causais da passagem cara, perdem razão os que nos querem convencer que o que os empresários perdem com sua “redução”, o governo tem que repor tirando recursos de outras políticas. Além

dos “jogadores” que aparecem no centro das manifestações - a população e o governo - vão se revelando mais candidatos a participar de outra forma no jogo das políticas públicas que hoje penaliza uns e favorece outros.

As elites empresariais que controlam o setor imobiliário e o transporte são “irmãs siamesas” das formadas pelos políticos e funcionários públicos que corrompem. Em instâncias que vão do parlamento, onde são representadas por políticos que dela participam, ao crime organizado, passando pela mídia, as elites jogam o jogo das políticas públicas para manter privilégios associados à enorme concentração de poder econômico, político e midiático que existe em nossa sociedade.

Por uma questão de justiça, seria atuando sobre a riqueza dessas elites, e não sobre os fundos das políticas que interessam aos que são penalizados, que o governo deveria buscar recursos para resolver jogos como o do transporte urbano.

Mas antes de abandonar a “problemática” de que a extensão universitária deve ajudar a esclarecer lembro algo mais sobre as manifestações. Elas evidenciaram que não é apenas a política de transporte que foi “deixada para trás” pelos governos de esquerda. A sociedade percebe que, devido a imposições da governabilidade, outras políticas públicas não avançaram o desejado.

Passando à “solucionática”, ressalto que colocar as políticas públicas à serviço da maioria e cumprir com os “sinais das ruas” demanda, em primeiro lugar, aumentar a receita do Estado; ou seja, arrecadar mais impostos.

Com apenas 4 mil dólares de arrecadação per capita o governo só pode oferecer ao cidadão um “hotel de uma estrela”. Não adianta reivindicar um de cinco, como têm direito os noruegueses (26 mil dólares de arrecadação per capita), ou ingleses e alemães (14 mil).

É sabido que a estrutura impositiva do nosso país é absurdamente injusta: quem paga imposto são os pobres. Mas é pouco divulgado que cerca de 30% do imposto devido ao Estado é sonegado. E o que é pior: pelos ricos.

Ou seja, é urgente, por um lado, punir duramente a sonegação e limitar a renúncia, isenções e incentivos fiscais. E, por outro, alterar a essa estrutura tomando como exemplo os países capitalistas avançados no que respeita ao imposto indireto e direto (imposto progressivo sobre a renda e a propriedade, sobre grandes fortunas e herança, etc.). Para ter uma ideia do absurdo, dois

exemplos: sobre o ganho de um funcionário público de médio escalão e de um milionário como o Eike Batista incidem os mesmos 27% de imposto (o qual aliás paga o IRPJ e o hábito é deduzir despesas custos do lucro da empresa para diminuir a base do imposto); cerca da metade dos imóveis da cidade do Rio de Janeiro não pagam IPTU.

Essa estrutura impositiva e a sonegação, que chega a cerca de 10% do PIB, é o que tem travado o aumento do gasto público. A corrupção, que coloca o Brasil na 70ª posição no ranking mundial e que é apontada com fingida moral pela direita como como de responsabilidade do servidor público e não do empresariado que corrompe, representa menos de 3% do PIB.

Em segundo lugar, destaco que: se a estrutura impositiva é injusta, a de gasto público é, além de injusta, incoerente com a orientação que vem sendo dada às políticas governamentais.

As políticas “econômicas”, assim denominadas porque interessam aos que detêm o poder, mas que deveriam ser chamadas, dado o dano social que costumam causar, de “antissociais”, e as “sociais”, que as elites tendem a considerar “antieconômicas”, porque subtraem recursos à acumulação de capital, reforçam a exclusão.

Embora existam algumas políticas sociais que não chegam a contrariar severamente as elites, como a da Bolsa Família, que dada à “periculosidade” do problema e à sua atrativa relação “custo benefício” (0,4% do PIB beneficiaram 30 milhões de brasileiros) também as favorecem, há outras, também de natureza compensatória, a implementar. Sem falar naquelas que, depois de “dar o peixe”, coisa que precisará ser feita durante muito tempo ainda, devem procurar “ensinar a pescar”.

Aqueles 4 mil dólares de arrecadação per capita são gastos segundo um perfil que é um espelho da concentração de poder. Como o “cobertor e curto”, a inclusão social não demanda apenas aumentar a arrecadação; há que orientá-la para custear as políticas necessárias para promover justiça, equidade e responsabilidade ambiental.

O modo como hoje se implementa essas políticas não contribui, como poderia, para gerar impactos que potencializem o esforço que o próprio governo vem fazendo. Dos quase 40% do PIB que arrecada, mais da metade é gasto comprando das empresas os bens e serviços (transporte, energia, educação,

saúde, segurança, comunicação, habitação, etc.) que chegam aos cidadãos através das políticas públicas.

O “Minha casa minha vida”, por exemplo, entregou 97% os recursos às empreiteiras (que estão entre as que mais corrompem), quando 54% das casas brasileiras são construídas pelos seus moradores (e entre os mais pobres, provavelmente, 100%). Outras oportunidades de gerar trabalho e renda, mobilizando outros agentes econômico-produtivos através da utilização do poder de compra do Estado, não são ainda percebidas.

Há que identificar e explorar oportunidades associadas a programas governamentais. Um exemplo: o fato de que o Brasil é líder mundial em reciclagem de alumínio evidencia a possibilidade de estender a cadeia produtiva do alumínio, que hoje termina na venda da sucata aos atravessadores, até as esquadrias, fogões, móveis, etc., para as casas que serão construídas.

Orientar as compras públicas para os empreendimentos que, operando em redes de Economia Solidária e com Tecnologia Social, em unidades de pequena escala, autogestionárias, com propriedade coletiva dos meios de produção e pouco demandantes de qualificação formal, é algo que se pode fazer para potencializar a geração de trabalho e renda mediante a produção desses bens. Uma iniciativa já em curso é a que obriga as prefeituras a adquirir 30% da alimentação escolar da agricultura familiar.

Meu terceiro e último destaque é sobre a demanda de “mais educação”: antes de prometer mais recursos, é necessário “decodificá-la”.

Embora tenha trocado bandeira do “emprego e salário” que o capitalismo inviabiliza em todo o mundo pela do “trabalho e renda”, a esquerda não tem conseguido içá-la. Não é tentando “amestrar” os que se encontram na marginalidade para serem “incluídos” na economia formal que vamos resolver o seu problema.

Somos quase 200 milhões, e 160 em idade de trabalhar. Partindo dos 28 milhões de empregos formais do fim do governo neoliberal conseguimos chegar a quase 45. Nos últimos dez anos, com tudo “dando certo” (extensão da previdência, bolsa família, aumento do salário mínimo, boom das commodities) o emprego formal tem aumentado 1,5 milhão/ano. Mesmo sem considerar que 94% deles recebem menos de 1,5 salário mínimo, é evidente que a receita ne-

odesenvolvimentista não irá absorver os mais de 2 milhões/ano que se somam aos que querem trabalhar.

Para atender o que a população está pedindo, que o governo ajude a criar oportunidades de trabalho e renda, há que desmontar o consenso desenvolvimentista que o neoliberalismo reforçou com a falácia da “empregabilidade” e que a esquerda ainda aceita, de uma educação amestrada que favoreça trabalhadores e empresários.

Não é amestrando com “cursos técnicos” para uma indústria manufatureira que paga mal, com 5 dólares/hora, 7 milhões de empregos formais (menos do que o de empregados domésticos) e que tende a desaparecer com a concorrência da chinesa, que paga menos de um dólar/hora, que vamos mobilizar nossa enorme capacidade de trabalho ociosa.

Nem com a mera expansão de uma universidade pública contaminada com “ismos” suicidas (produtivismo-cientificismo-inovacionismo), que atende só 3% dos jovens que deveria absorver enquanto forma mestres e doutores de “padrão mundial” que a empresa local de padrão periférico despreza...

Além de libertária em termos ideológicos e culturais, nossa educação só será efetiva se formar a população para que ela se organize em empreendimentos solidários com propriedade coletiva dos meios de produção e Tecnologia Social autogestionária capazes de substituir a empresa privada realimentando a cadeia virtuosa de políticas públicas de novo tipo.

Os protestos em nosso estado *A Paraíba foi cópia da cópia do original*

| JOSÉ DE SOUZA SILVA¹⁹

| OLIVEIRA DE PANELAS²⁰

Olhando o mesmo problema.
Cada um vê diferente.
Pois, filosoficamente,
Cada um tem seu esquema
Pra analisar um sistema,
Mergulhar no seu por quê,
Pra sustentar o que crê
Com seu argumento agudo.
Ver bem nunca foi ver tudo
É ver o que ninguém vê.

19 Ph.D. em Sociologia da Ciência e Tecnologia; Pesquisador da Embrapa Algodão, Campina Grande-PB.

20 Poeta-Repentista; Prêmio Melhor Repentista do Brasil 1997. João Pessoa-PB.

Nesse caso singular,
Houve forças no comando
E a maioria olhando
Pra onde lhe mandam olhar.
Mas é preciso evitar.
Vimos convidar você
Pra ler o que ninguém lê
Construindo um novo estudo
Ver bem nunca foi ver tudo
É ver o que ninguém vê

Na Paraíba, os protestos,
Não foram originais
São ecos nacionais
De externos manifestos
São modelos indigestos
Que o capitalismo cria
Com sua selvageria
De efeitos desumanos
Protestos paraibanos
Cópias da segunda via

Entre todos os estados,
Nossas contas são pequenas.
Jacaraú teve apenas
Seis estudantes pintados
Entre os números registrados
Foi esta a menor quantia
Manifestação vazia
Na rua dos desenganos
Protestos paraibanos
Cópias da segunda via

Este evento tão pífilo, estadual,
Não logrou a adesão de muita gente.
E, portanto, não foi tão diferente
Do suposto sucesso nacional.
Vejam bem o real percentual
No conjunto dos números atuais
As cifras obtidas são banais
Não foi tão poderoso esse protesto
No Brasil, 1 milhão em manifesto
É só meio por cento e nada mais

Os problemas nas ruas revelados
Têm raízes na turva trajetória
Que o capitalismo, em sua história,
Construiu e estão disseminados.
Se são tantos, os países afetados,
Os problemas não são conjunturais
Na verdade, eles são estruturais
E não vê-los, assim, é desonesto.
No Brasil, 1 milhão em manifesto
É só meio por cento e nada mais.

O momento é crucial.
Precisa que alguém avise
Não é brasileira, a crise.
É do sistema global.
Fez o mundo desigual,
Não encontra terra à vista.
Sem bússola, perdeu a pista
Sem receber apanágio.
Navega pra seu naufrágio
O mundo capitalista.

Nos mares da incerteza,
Este navio trafega.
E as nações que ele carrega
Pagam “maldita” despesa
E o Brasil, sem defesa,
Está também nessa lista
Desde o tempo da conquista.
Esta crise é seu “pedágio”.
Navega pra seu naufrágio
O mundo capitalista.

Finalmente, uma crise irreversível
Como um câncer instalou-se no sistema
Toda Europa caiu na sua algema
Escapar dessa “garra” é impossível
Gera um, mal-estar indiscutível.
Todos são afetados por igual
O caos econômico e social
Deixa o mundo num clima pessimista
O sistema global capitalista:
Epicentro da crise mundial

A gênese da “crise brasileira”

Vem das contradições de tal sistema.

Não se pode impingir este dilema

Ao Governo de Dilma, a ‘companheira’,

Que no timão do Brasil é altaneira,

Apesar da oposição brutal

Que de fora recebe um grande aval:

São os golpes de esquivo pugilista.

O sistema global capitalista

Epicentro da crise mundial

Um governo ‘progressista’

Não pode ficar estável

Se não for ele “amigável”

Ao voraz capitalismo

Que no industrialismo

Construiu o seu legado

E com sangue foi manchado

Ao longo desse processo

Esse lema, “ordem e progresso”,

Não é nosso, é importado.

Pra dar asa ao Capital
Foi inventado esse lema
De **Augusto Comte**, o esquema
De alcance mundial
Um problema sem igual
Tem o mundo sequestrado
O Planeta tá “lascado”
Nas mãos desse “réu confesso”
Esse lema, “ordem e progresso”
Não é nosso, é importado.

Tal qual papeiro de papa,
Pipocando sem parar,
É crise em todo lugar.
Vai redesenhando o mapa.
É cobra mudando a “capa”;
Ocorre em cada nação.
Tem quem dê um empurrão,
Quando vê pouca vontade.
É pouca espontaneidade,
Muita manipulação.

Em protesto organizado,
Pra que maior covardia?
Exigir democracia
Com o rosto mascarado.
Esse **Anonymous** encapuçado
Recebe mais de 1 milhão
De suspeita Fundação
A quem deve lealdade
*É pouca espontaneidade,
Muita manipulação.*

Em toda e qualquer cidade,
Onde esteve a multidão,
Não houve a reflexão
De uma coletividade.
Foi enorme a quantidade
De “convites” virtuais
Sem tons emocionais
Com consequências sincrônicas
*Essas redes eletrônicas
Nada têm de “sociais”*

Fruto dessa sincronia,
As mesmas caras-pintadas,
As mesmas horas marcadas,
Mesma data, mesmo dia.
Liderança, ninguém via
Mas existia por trás
Emitindo seus sinais
Tal qual regências sinfônicas
Essas redes eletrônicas
Nada têm de “sociais”.

Ganhou seu protagonismo,
O *Black Bloc*, anarquista.
Sem expor seu rosto à vista,
Finge nacionalismo
Promovendo o vandalismo.
Coisas próprias de bandido
Que não é comprometido
Com um futuro correto
Rejeito “voto secreto”
Detesto rosto escondido

Que tamanha incoerência !
Jovens do Brasil, acordem!
Com a bandeira da “ordem”,
Não se prega violência
Nem a desobediência.
Dizer que não têm partido
É discurso sem sentido.
Onde é que está seu projeto?
Rejeito voto secreto
Odeio rosto escondido.

No início, foi notável:
Vinte centavos somente.
Eis que surge de repente
Uma lista interminável
Que de forma intolerável
Quer ver a vida mudada.
Tanta coisa acumulada,
Precisa mudar. Contudo,
Quem pede pra mudar tudo
Termina sem mudar nada.

No mundo da dialética,
Na urgência, ninguém faz
Mudanças estruturais.
Se faz mudança cosmética.
Se faz promessa profética
Fácil de ser apalpada:
Bonita, fantasiada,
Mas oca de conteúdo.
*Quem pede pra mudar tudo
Termina sem mudar nada.*

Se o Brasil livre está da ditadura
Derrubar o poder não justifica.
E propor, “Fora Dilma”, não se aplica.
Não existem razões na conjuntura.
Isso é, com certeza, uma “costura”
Bem urdida que vem da oposição.
Quer de volta o poder em sua mão
Vai tentar tudo isso para o ano.
*Presidente, nenhum é soberano
O sistema é quem pauta a decisão.*

O Egito era uma ditadura,
Mas o povo pediu democracia.
Elegendo o governo que queria.
Esse próprio fez sua sepultura,
Pois chegou ao poder com linha dura.
Cai o povo em total contradição
Ao negar-lhe o comando da nação.
Esse povo comete triste engano
Presidente, nenhum é soberano.
O sistema é quem pauta a decisão.

Intérpretes equivocados,
Contemplando o mesmo feito,
Pensando do mesmo jeito,
Estavam, sim, enganados.
Os fatos foram tratados
Com um modelo precário,
Um paupérrimo imaginário
Que ignora a história:
Crise civilizatória
Um problema planetário.

Pensando assim, não existe
Uma “crise brasileira”
Ela vem d’além fronteira
Entre nós, ela consiste
Do reflexo que existe
No “progresso” refratário.
Esse “conto do vigário”
De nefasta trajetória
Crise civilizatória
Um problema planetário.

Para falar a verdade,
Os protestos do Brasil
Nós já vimos mais de mil
Em outra oportunidade.
Sem originalidade,
Eles foram reciclados.
Por isso, seus resultados
Jamais serão verdadeiros.
Os protestos brasileiros
Em carbono, copiados.

Esses protestos começam
De forma calma e ordeira
Jovens empunham a bandeira
E as demandas que interessam
Então, os vândalos se apressam
Todos eles mascarados
Pela polícia aossados
Muitos vão prisioneiros
Os protestos brasileiros
Em carbono, copiados.

Validado o experimento,
A euforia galopa
Visando o ano da copa
Preparam seu movimento.
E nesse procedimento
Dão asa a seu devaneio,
Consolidam seu anseio
Que agora é consentâneo.
Isso não foi espontâneo
Tinha propósito no meio.

Coloquemos na cabeça
Que o alvo da oposição
É pra que a reeleição
De Dilma não aconteça
Sobre Lula, não esqueça.
Está nesse tiroteio
O “moído” será feio.
Os dois têm que usar o crâneo
Isso não foi espontâneo
Tinha propósito no meio.

Foi também manipulada
Nossa amada Paraíba
Quase o “monstro” lhe derriba
Numa terrível emboscada
Deve ficar preparada
Fugir do golpe mortal
Desse vazio abismal
Que vem trazer tanta inópia
A Paraíba foi cópia
Da cópia do original.

O Brasil não acordou
Continua adormecido
E o povo todo iludido
Pensa que ele despertou
Paraíba, já pensou
No segundo vendaval
Que no Planeta é geral,
Aqui ou na Etiópia?
*A Paraíba foi cópia
Da cópia do original.*

Manifestações no Brasil: uma referência de ação política integrada às novas tecnologias da informação

| THIAGO D'ANGELO RIBEIRO ALMEIDA ²¹.

Introdução

O presente texto busca refletir a respeito das manifestações populares que se proliferaram pelos quatro cantos do Brasil em meados de 2013, quando a sociedade foi às ruas reivindicar melhorias nos transportes públicos, saúde, educação, políticas públicas etc. A partir de um debate que envolve os meios de comunicação, buscamos avaliar a importância das produções independentes que possibilitaram visões alternativas aos discursos do *mainstream* midiático e com isso questionamos: a intenção dos manifestantes ciberativistas, protagonistas midiáticos era de pautar os meios tradicionais ou provocar a sociedade com enquadramentos e pontos de vista diferenciados?

Propomos esta breve discussão para entender as novas formas de ação política e movimentação social, sustentada em ferramentas tecnológicas com recursos audiovisuais de qualidade e conectadas à internet.

21 Graduado em Comunicação Social pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB e mestrando do Programa de Mestrado em Jornalismo Profissional da Universidade Federal da Paraíba - UFPB. E-mail: dangelo.thiago@hotmail.com

Mobilizações sociais e as possibilidades das novas ferramentas tecnológicas

As manifestações sociais que se espalharam pelo Brasil no último mês de junho representaram a confluência das insatisfações da população com o modelo econômico, político e midiático do país. O conjunto de eventos que marcou o ano de 2013 e provocou impactos nas variadas esferas sociais pode ser visto como uma simbolização da urgência por reestruturações destes diversos sistemas sociais.

A articulação das movimentações com os dispositivos midiáticos e principalmente as novas tecnologias marcou essa nova fase da sociedade, que une elementos como cultura da convergência (JENKINS, 2009), computação ubíqua, tecnologias portáteis (celulares, *iPads*, *tablets*, *notebooks*) e redes móveis de conexão à internet, redes sociais da internet (RECUERO, 2009), ciberativismo e lutas políticas.

De acordo com a imprensa nacional e internacional, este foi o maior fenômeno de mobilização popular desde as Diretas-Já, ocorridas no início dos anos 90 e que foram referência de um novo Brasil, democrático, politizado. A diferença daquelas manifestações para as atuais consistiu basicamente na forma como a sociedade se utilizou dos *media* disponíveis em seu favor.

Ambientes virtuais como Facebook²², Twitter²³, Instagram²⁴, blogs e outros sites permitiram a concepção das manifestações, divulgação de horários, dias e informações relevantes, além de um debate que ocorreu afastado do discurso jornalístico, o qual foi muitas vezes criticado pelos manifestantes, que acusaram os grandes grupos de comunicação de deturpar a realidade, alimentando estereótipos e estimulando a desinformação. Com um celular na mão, os cidadãos-repórteres produziram uma gama de material audiovisual e puderam transmiti-lo em tempo real, narrando os fatos *in loco* (SILVA, 2007, p. 5) ou *upando* os arquivos de vídeo no YouTube, promovendo um registro dos fatos paralelo à cobertura dos meios de comunicação tradicionais (TV, rádio e impressos).

22 <http://facebook.com>

23 <http://twitter.com>

24 <http://instagram.com>

Como defende Jenkins (2009), “o surgimento de novas tecnologias sustenta um impulso democrático para permitir que mais pessoas criem e circulem na mídia” (p. 341). Pascual Serrano (*in* MORAES, 2013, p. 147), por sua vez, ressalta a crise²⁵ de credibilidade, objetividade, autoridade, informação e distribuição que os *media* enfrentam atualmente.

Quando se fala na crise dos usos dos *media*, trata-se da necessidade que eles tem de procurar reformas em sua estrutura de produção, transmissão de conteúdos, mecanismos de *feedback* etc. O que acontece hoje é que o público tem mais canais para exigir sua participação e inclusive responder aos discursos midiáticos (BRAGA, 2006). A internet e a *web 2.0* abriram as portas para que os atores sociais possam produzir, interagir mais e escolher, de fato, a informação, o modelo comunicacional, o formato, as linhas editoriais, o produto jornalístico em sua universalidade da forma que melhor representa suas necessidades e anseios.

Os registros efetuados pelos integrantes das manifestações pelo Brasil e disseminados pela internet mostraram olhares diferentes dos enquadramentos *mass-midiáticos*, que são ligados a interesses hegemônicos e que apresentam interpretações convenientes à empresa midiática, respeitando suas estruturas e, claro, intencionalidades.

Já na internet, a produção amadora - que não deixa de possuir seus filtros e também ser, assim como a notícia²⁶, mais uma forma de construção da realidade (RODRIGO, 2009) apresentou ao público registros que os meios de massa não podem ou não pretendem exibir. O pesquisador Fausto Neto (2011) defende que

25 Ramonet (*in* MORAES, 2013, p. 94) afirma que os grandes grupos chamados por ele de ‘latifundiários midiáticos’ estão vendo que sua dominação do fluxo e mecanismos informacionais não é o mesmo. Segundo ele, ‘os latifundiários midiáticos enfrentam a reforma agrária dos dias de hoje, que é a reforma midiática’, que é a responsável pelo que ele denomina de ‘crise habitual’ do jornalismo.

26 A diferença entre o produto amador e a notícia é que esta é legitimada perante a sociedade, pois recebe a credibilidade quase automática do público que, através do contrato pragmático fiduciário (RODRIGO, 2009, p.48), subentende que o discurso midiático é, pois, verídico. Outros aspectos que tem o propósito de legitimar este contrato são os critérios de noticiabilidade e os valores-notícia bem avaliados por Traquina (2005).

É possível admitir que a nova “arquitetura comunicacional” instalada pela midiaticização, retira do ambiente jornalístico e de sua atividade discursiva, um lugar de centralidade que lhe era conferido na “sociedade dos meios”, afetando os mecanismos com os quais tematiza e discursa sobre instituições e os atores sociais (FAUSTO NETO, 2011, p. 24-25).

Esta descentralização a qual o pesquisador menciona é uma referência da contemporaneidade, propiciada pela expansão dos novos dispositivos sócio-técnicos (FAUSTO NETO, 2011, p.17), que permitiram ao público assumir o papel de produtor e emissor de conteúdos. Desta forma, por conta da horizontalização comunicacional que acompanhou a Web 2.0 e a popularização dos sites de redes sociais, o jornalismo vem sendo induzido a compartilhar o seu espaço com a produção de informações por amadores, os cidadãos-repórteres, que são testemunhas oculares das realidades e também, agora, narradores-personagens dos fatos.

Neste cenário horizontal e de pluralidade de fluxos informacionais, se destaca o “midialivrismo”, que se utiliza da internet para propagar informações para uma gama maior de pessoas e com as possibilidades de formatos que a Rede abarca. De acordo com Malini (2013),

o midialivrismo ciberativista reúne experiências singulares de construção de dispositivos digitais, tecnologias e processos compartilhados de comunicação, a partir de um processo de colaboração social em rede e de tecnologias informáticas, cujo principal resultado é a produção de um mundo sem intermediários da cultura, baseada na produção livre e incessante do comum, sem quaisquer níveis de hierarquia que reproduza exclusivamente a dinâmica de comunicação um-todos (MALINI, 2013, p.21).

Por “midialivrisimo”²⁷, compreendemos um movimento ativista em prol da comunicação contra-hegemônica, que é realizada em contrassenso com a comunicação de massa e que também busca abranger outros movimentos sociais que não são contemplados – pelo menos não devidamente – pelos *mass media*. A proposta dos midialivristas é propor espaços alternativos de mídias livres para discussão dos temas e fenômenos sociais de forma alternativa aos modelos midiáticos comerciais.

Estas manifestações, individuais ou coletivas, referenciam o anseio de uma sociedade que deseja não mais estar nos “cantos” do fluxo informacional, dependente de mediadores, de instituições que estejam no centro ou acima de suas pretensões individuais. Por meio da internet, pessoas aparelhadas com equipamentos eletrônicos dispensaram a representação dos fatos por parte dos telejornais nacionais ou grandes publicações impressas, fazendo a informação da sua forma, configurando uma nova forma de “faça você mesmo”, o “*do it yourself high-tech*”.

É neste sentido que chegamos a um ponto importante: o propósito da população, ao buscar destaque com suas produções independentes e ações comunicativas, seria pautar a agenda midiática ou apresentar enquadramentos e discursos diferenciados dos *mass media*?

Nós acreditamos que a intenção destes grupos sociais não é só de pautar a mídia, afinal os eventos já estavam na pauta, mas apresentar um ponto de vista diferenciado da imprensa tradicional. Portanto, consideramos que estes fenômenos não representam contra-agendamento em si, mas no geral, contra-argumentos, contra-informação. De acordo com Ramonet (2013)

Por razões tecnológicas, os grandes grupos vêm que sua dominação não é mais a mesma de antes. Os latifundiários midiáticos enfrentam a reforma agrária dos dias de hoje, que é a reforma midiática (RAMONET *in* MORAES, 2013, p. 94).

27 Para saber mais sobre “midialivrisimo”, acesse: <http://www.youtube.com/watch?v=nKCw8FmqbaQ>

A ocupação dupla – das ruas e das redes – provou que teorias de passividade das audiências não funcionam na análise dos públicos, que rejeitam posturas que não convêm às suas necessidades e questionam empresas comprometidas com interesses particulares.

Destacamos a relevância do midialivrismo, da ação de cada um dos manifestantes em registrar os fatos, em questionar nas redes sociais um enquadramento falho dos jornalistas, discutir a colaboração entre os manifestantes na elaboração e difusão do material audiovisual. Estes eventos ficarão na história, talvez como a primeira maior mobilização social do país que integrou os ambientes físicos e virtuais para o bem comum, para a busca pela democracia, a difusão de informações e conhecimentos e cidadania. Acreditamos que é só o começo e ainda há muitas falhas e diversos aspectos a serem melhorados. Apesar disso, a população já tem em suas mãos o principal instrumento para emancipação social e desenvolvimento: o poder.

Considerações Finais

Nossa avaliação das manifestações ocorridas no Brasil considera que estamos presenciando uma nova era também nas mobilizações sociais, que integram tecnologias, Rede, ciberativismo, protagonismo midiático e contra-informação. É claro que em meio a tanta produção alternativa, há aquelas que também são falhas, pecam em suas avaliações por apresentar elementos distorcidos dos fatos, assim como a grande mídia é apontada por muitos.

Contudo, entendemos que é importante que as informações preencham os espaços e os fluxos se multipliquem, extinguindo pouco a pouco o verticalismo midiático e os discursos monológicos de grupos imensos de jornalismo que monopolizam a informação como um produto qualquer, quando na verdade, a informação pode ser um instrumento, um elemento fundamental para o esclarecimento e a orientação de uma sociedade – ou, pelo contrário, pode servir como aspecto-chave para a manutenção do *establishment* e do *status quo*. Tudo depende de onde ela parte e como ela é produzida, difundida, reverberada.

Consideramos que ao permitir que a população faça-se presente na miosfera, damos um passo à frente na corrida pela democratização dos meios de comunicação e da informação em prol da cidadania. Ainda há muita exclusão e

muito para se fazer. Este é apenas o começo de um novo momento, a pré-história de uma nova era. Estamos preparados para o que está por vir?

Referências

BRAGA, José Luiz. **A sociedade enfrenta sua mídia: dispositivos sociais de crítica midiática**. São Paulo: Paulus, 2006.

BRUNS, Axel. **Gatewatching, Not Gatekeeping: Collaborative Online News**. Disponível em <<http://snurb.info/files/Gatewatching,%20Not%20Gatekeeping.pdf>>. Acesso em 07/09/2013.

CANAVILHAS, João. **O novo ecossistema midiático**. Disponível em <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/canavilhas-joao-o-novo-ecossistema-mediatico.pdf>>. Acesso em 05/09/2013.

_____. **Do gatekeeping ao gatewatcher: o papel das redes sociais no ecossistema mediático**. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2010. Disponível em <<http://campus.usal.es/~comunicacion3punto0/comunicaciones/061.pdf>>. Acesso em 08 de janeiro de 2013.

FAUSTO NETO, Antônio. **Interfaces jornalísticas, tecnologias e linguagens**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2011.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência: a colisão entre os velhos e novos meios de comunicação**. São Paulo: Aleph, 2009.

LEMOS, André; PALÁCIOS, Marcos (eds.). **As janelas do ciberespaço**. Porto Alegre: Sulina, 2001.

_____. **Cidade e mobilidade. Telefones celulares, funções pós-massivas e territórios informacionais**. Disponível em <<http://www.matrizes.usp.br/index.php/matrizes/article/view/29/43>> Acesso em 02/07/2013.

MALINI, Fábio. **A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais**. Porto Alegre: Sulina, 2013.

MORAES, Dênis de. **Mídia, poder e contrapoder:** da concentração monopólica à democratização da informação. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2013.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet.** Porto Alegre: Sulina, 2009.

RODRIGO ALSINA, Miquel. **A construção da notícia.** Petrópolis: Vozes, 2009.

SILVA, Fernando Firmino da. **Jornalismo e tecnologias da mobilidade:** Conceitos e configurações. Disponível em <<http://cencib.org/simposioabciber/.../Fernando%20Firmino%20da%20Silva.pdf>> Acesso em 02/07/2013.

_____ **Jornalismo live streaming:** tempo real, mobilidade e espaço urbano. Disponível em <<http://sbpjor.kamotini.kinghost.net/sbpjor/resumod.php?id=638>> Acesso em 29/06/2013.

_____ **Tecnologias móveis na produção jornalística:** do circuito alternativo ao *mainstream*. Disponível em <<http://sbpjor.kamotini.kinghost.net/sbpjor/resumod.php?id=488>> Acesso em 29/06/2013.

WOLTON, Dominique. **Informar não é comunicar.** Porto Alegre: Sulina, 2011.

Somente um protesto

MARCELO GOMES GERMANO²⁸

“Não pretendo nada, nem flores, louvores, triunfos. Nada de nada. Somente um protesto, uma brecha no muro...”

Depois da renúncia do Papa Bento XVI no apagar das luzes do ano de 2012, a notícia que mais ocupou a mídia nacional, disputando espaço com os jogos da copa das confederações, esteve, de alguma forma, relacionada com a onda de protestos que se espalhou por quase todos os estados brasileiros.

Justo quando tudo parecia tranquilo, sobretudo para o governo e os partidos aliados, surgiram as inesperadas e incômodas manifestações. À luta pelo passe livre ou a redução das tarifas dos transportes coletivos, somaram-se os protestos contra a PEC 37, a corrupção e a precarização da saúde pública e os gastos com as Copas e a Olimpíada. Nem os movimentos sociais, nem os partidos políticos, ou qualquer outra instituição social organizada, assumiu a autoria nem o comando daquelas inesperadas ações. Ainda assim, elas começaram a acontecer e acabaram mobilizando muita gente, sobretudo, os jovens. Numa explosão de manifestações aparentemente espontâneas que deixaram perplexos os mais renomados sociólogos e analistas políticos nacionais e internacionais. Quem estaria na base de organização daqueles protestos? Alguns se apressaram em culpar o governo, outros preferiram responsabilizar a oposição, os radicais mais a direita, colocaram a culpa na velha esquerda socialista e muitas outras interpretações tanto interessantes como equivocadas.

No meio daquela efervescência que, a partir das redes sociais já ultrapassava os mais de 400 Municípios, nós também fomos convocados através das “pági-

²⁸ Atualmente é professor Doutor-B, da Universidade Estadual da Paraíba e vinculado ao Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências e Matemática (UEPB)

nas” do facebook para participar de um desses protestos que aconteceria em Campina Grande. Embora tenha passado parte da vida participando de marchas e protestos, desta vez não me sentia muito confortável. Não sabia ao certo quem eram os companheiros que marchariam ao meu lado e nem por que protestaríamos naquele momento. Obviamente que, razões para manifestações e protestos os tínhamos de sobra, mas em tempos passados era fundamental um conhecimento da organização dos eventos, desde o estabelecimento dos objetivos, até a organização das ações e os encaminhamentos. Quando isso não era possível, confiávamos a nossa presença a alguma organização. Marchar junto com os Sem Tetos, ou participar de uma manifestação promovida pela UNE, ou contribuir com o Grito dos Excluídos promovido pela Igreja Católica. Para minha geração, sempre foi importante conhecer as bases de organização de qualquer ação de enfrentamento e protesto, sobretudo, para saber como proceder diante da repressão ou dos excessos. Mas, neste novo fenômeno, não conseguia identificar as raízes. Lembrei-me então daquela última entrevista de Paulo Freire²⁹ em que ele emocionado falava da grande marcha dos Sem Terra.

“Eu estou absolutamente feliz por estar vivo ainda e ter acompanhado essa marcha que, como outras marchas históricas, revelam o ímpeto da vontade amorosa de mudar o mundo. Essa marcha dos chamados Sem Terra. Eu morreria feliz se visse o Brasil em seu tempo histórico, cheio de marchas. Marchas dos que não têm escolas, marcha dos reprovados, marcha dos que querem amar e não podem, marcha dos que se recusam a uma obediência serviu, marcha dos que se rebelam, marchas dos que querem ser e estão proibidos de ser... O meu desejo, o meu sonho, como eu disse antes, é que outras marchas se instalem nesse país. Por exemplo, a marcha pela decência, a marcha pela superação da sem-vergonhice que tomou conta desse país e que se democratizou terrivelmente.”

Estariamos diante das grandes marchas sonhadas por Paulo Freire? Aquelas andarilhagens em que homens e mulheres orientados por ideais de justiça e liberdade manifestavam nas ruas a sua vontade amorosa de transformar o mun-

29 Paulo Freire, última entrevista, 17 de abril de 1997. <http://www.youtube.com/watch?v=UI90heSRYfE>

do? Ou estaríamos experimentando um novo fenômeno social para o qual ainda não tínhamos nem temos uma interpretação satisfatória?

O comentarista político Arnaldo Jabor³⁰ saiu na frente e interpretou os eventos como um devaneio de jovens de classe média que, por ausência de uma causa, resolveram promover uma espécie de caricatura violenta inspirada na velha esquerda socialista.

A grande maioria dos manifestantes são filhos de classe média, isso é visível. Ali não havia pobres que precisassem daqueles vinténs, não. Os mais pobres ali eram os policiais apedrejados, ameaçados com coqueteis molotofes e que ganham muito mal. No fundo, tudo é uma imensa ignorância política. É burrice misturada a um rancor sem rumo... Justamente, a causa, deve ser a ausência de causas. Ninguém sabe mais por que lutar ... Esses caras vivem no passado de uma ilusão. Eles são a caricatura violenta da caricatura de um socialismo dos anos cinquenta que a velha esquerda ainda quer implantar aqui. Realmente esses revoltosos de classe média não valem nem vinte centavos.

Obviamente o lamentável equívoco foi mesmo do escritor ao não perceber, ou não querer perceber que os manifestantes não eram socialistas – antes fossem – nem apenas jovens de classe média, nem estavam nas ruas por ausência de causas. Há sempre uma razão que, nem sempre a razão reconhece e o renomado comentarista global, logo teve que retorcer o seu discurso³¹, tornando ainda mais confusa a sua posição diante dos telespectadores.

A primeira vista este movimento parecia uma pequena provocação inútil que muitos criticaram erradamente, inclusive eu. Nós temos democracia desde 1985, mas democracia se aperfeiçoa, senão decai. Entre nós quase tudo acabava em pizza ou em paralisia entre os três poderes. O Brasil parecia desabilitado politicamente, de repente, apareceu o povo, de repente o Brasil virou um mar. Uma juventude que estava calada desde 2002;

30 **Arnaldo Jabor condena os protestos** <http://www.youtube.com/watch?v=luL-zhtSYWC4>

31 **Arnaldo Jabor assume o erro e enaltece os protestos** http://www.youtube.com/watch?v=o-Xv9QYG_YU

uma juventude que nascia quando Collor caía, acordou. Se tudo correr bem, estamos vivendo um momento histórico lindo e novo. Os jovens terão nos dado uma lição...

Talvez este episódio sirva de parâmetro para uma compreensão mais fecunda destes protestos que, certamente ficarão guardados na memória de nosso país. Como jovens de classe média, pseudossocialistas violentos que não valiam nem vinte centavos, de uma noite para outra são reconhecidos como a grande esperança de nossa nação? Por que o comentarista mudou tão radicalmente e repentinamente de opinião? As explicações podem ser as mais diversas, mas uma variável certamente deve ser considerada: a própria natureza caótica dos eventos. A diversidade de objetivos e a diferença dos participantes confundiram o comentarista quando tentou enquadrar o movimento no seu antigo modelo de culpar os comunistas baderneiros por qualquer ação menos convencional.

Do mesmo lado, a ultradireita acusava a presidente Dilma que, como antiga guerrilheira, permitia a desordem no país, com um excesso de democracia que, conforme acreditam, vai conduzir a nação a uma catástrofe. Os simpatizantes do governo preferiram suspeitar da oposição que, juntamente com a imprensa burguesa, poderiam ser os grandes vilões por trás desses episódios. Mesmo porque, já estavam prejudicando a imagem da presidente Dilma. Mas havia também o povo com seus próprios apelos e demandas sociais de longas datas. Uma saúde pública sucateada, um sistema de transportes coletivos caro e inoperante, uma escola pública precária e abandonada, ao mesmo tempo em que bilhões de reais estavam sendo investidos na construção de novos estádios de futebol, modernos arrogantes e dentro dos padrões da FIFA.

Quem sabe estas insatisfações, aliadas a descredibilidade dos partidos políticos e das entidades representativas de classes, agora compartilhadas através das redes sociais, não tenham possibilitado estes protestos inesperados e diferentes. É possível reconhecer pelo menos três fenômenos importantes que podem estar na base da compreensão desses eventos.

Primeiro temos que aceitar o fato de que a democracia representativa atravessa uma profunda crise que, talvez não se resolva com uma simples reforma política. Embora seja, certamente, um importante passo na tentativa de salvar o modelo.

Conforme alerta o professor Boaventura Santos³² a representação democrática sempre significou duas coisas: autorização e prestação de contas. Com o voto, autorizamos alguém a governar em nosso nome e depois exigimos a prestação de contas. Acontece que a evolução dos sistemas representativos acabou por eliminar a ideia do acerto de contas que, quando muito, é lembrado em um próximo pleito eleitoral. Criou-se o que o professor chamou de “patologia da representação” e, aliado a esta, uma “patologia da participação”. Ao perceberem que os partidos, enquanto estão em luta eleitoral, prometem uma coisa, mas, no governo, fazem outra, os eleitores perdem a confiança no sistema e deixam de atuar nele. A democracia representativa não serve mais e os jovens estão buscando outros caminhos de participação.

Segundo ponto. Não podemos esquecer que os miseráveis conseguiram comer e, satisfeita esta necessidade primária, logo se pensa em outras questões. Nem só de pão vive o homem. Vive também de transporte, saneamento básico, saúde e educação de qualidade e, sobretudo de participação no processo de construção do mundo. Por uma questão de honestidade histórica, não se pode negar que o governo Lula através de suas políticas sociais – equivocadas ou não – conseguiu fazer com que mais de 40 milhões de brasileiros ingressassem na classe média. Obviamente que esses novos participantes da sociedade de consumo, introduziram novas expectativas e novos olhares diante do mundo.

A terceira e última constatação refere-se as estranhas possibilidades inauguradas a partir das redes sociais de comunicação. Se antes as notícias limitavam-se ao jornal nacional e aos palanques da rede globo, hoje temos outros mecanismos de participação que, evidentemente, não podem mais ser negligenciados. A possibilidade de criar uma página e receber milhões de acessos em menos de um minuto, é algo que não pode ser desprezado.

Embora sejam muitos os aspectos que possam estar na base de compreensão dos protestos de 2013 e não tenhamos nenhuma certeza sobre o seu futuro, pelo menos de uma coisa eu estou certo: ainda não estamos diante das marchas sonhadas pelo Educador Paulo Freire. Talvez seja um prenúncio de que essas andarilhagens atrevidas ainda sejam possíveis. Mas ainda precisaremos trabalhar muito no sentido de auxiliar os nossos jovens no conhecimento da história de

32 Boaventura de Sousa Santos. Entrevista ao suplemento Aliás, do jornal O Estado de S.Paulo, dia 27-05-2007

lutas do nosso povo, revelando-lhes os sonhos amorosos de outros brasileiros que, antes deles, entregaram suas vidas na intransigente crença de que era possível e necessário transformar o mundo, construindo a cada dia uma sociedade mais livre, humana e igualitária. Vamos precisar abrir a nossa lixeira para restaurar algumas palavras proibidas, tais como: capitalismo, desigualdade, exploração e classes sociais. E os líderes jovens de nosso tempo ainda precisarão obrigar os dirigentes de todas as nações a pronunciarem a palavra proibida: **REPARTIR**.

Se não me falha a memória, a última vez que se falou em repartir alguma coisa, foi na célebre frase do então ministro Delfin Neto “Primeiro é preciso crescer o bolo para depois dividir”. Embora dividir seja diferente de repartir, o então ministro pedia a paciência dos mais pobres para que o país pudesse crescer. Depois do crescimento do bolo, viria a repartição. Já crescemos... e crescemos muito mais. As indústrias, o comércio as comunicações as ciências e as tecnologias. Tudo cresceu assustadoramente, mas, não sabemos mais parar de crescer e, o pior, esquecemos a falsa promessa de Delfin. Mas quem sabe ela retorne como um castigo. Tudo parece apontar para o fato de que vamos ter que repartir. Não porque Jesus nos ensinou assim – os cristãos não repartiram. Nem por questões humanistas ou de solidariedade – os humanistas também não repartiram. Vamos repartir por uma questão de sobrevivência e necessidade. Já crescemos o suficiente. Já temos condições de alimentar toda a humanidade. Também temos condições de fornecer moradia e celulares para todos. Mas, teremos que repartir para consumir menos, teremos que viver com o suficiente para que o planeta possa nos suportar. Caso contrário, essa arrogante espécie criadora de deuses e de super-homens, terminará sua confusa presença no mundo muito antes que os tubarões.

Precisamos colocar essa questão na agenda das futuras manifestações. Nem que seja apenas como um protesto, uma brecha no muro que nos permita olhar para o outro lado.

Junho 2013: a juventude nas ruas pra balançar as estruturas

| NELSON ALEIXO DA SILVA JÚNIOR¹

O ano de 2013 será marcado na história política do Brasil como aquele em que, mais uma vez, os jovens foram às ruas para reivindicar uma pauta não apenas sua, mas de toda a sociedade. Em junho de 2013 o Brasil já vivia de forma mais intensa os efeitos da crise econômica (que é internacional e nacional), porém o governo e a mídia ainda atuavam no sentido de relativizar suas consequências sobre o Brasil. Neste contexto temos, por um lado, uma população pobre, e de classe média, que apesar de pagar impostos extorsivos não recebem a contrapartida do Estado em termos de serviços de qualidade, à exemplo de transportes, saúde e educação e, por outro, esta população pobre é vítima de políticas higienistas, principalmente nas cidades sedes da Copa 2014, onde comunidades, museus, equipamentos esportivos e de lazer, entre outros, são derrubados, ou deslocados para áreas mais afastadas, abrindo espaços para “investimentos” para copa do mundo de futebol. A este quadro soma-se, ainda, o reino da impunidade que cerca os crimes de corrupção praticados por gente do atual, e do anterior, ciclo do poder brasileiro. Entretanto, diante de todo este quadro o governo petista acreditava que estava “tudo dominado”, pois sua política de bolsa família e de habitação voltada aos mais pobres e as classes C e D, somada ao “medo” da volta do tucanato, em relação a classe média progressista, manteriam o Brasil longe das grandes mobilizações que já abalavam o mundo. Além

¹ Professor do Departamento de Psicologia da UEPB. Ex-candidato a Governador da Paraíba pelo PSOL em 2010

disto, quem poderia provocar esse levante? A direita orgânica, desacreditada? As entidades dos movimentos sociais...dominadas pelo governismo? Os partidos da esquerda anticapitalista (Psol, Pstu, PCB), sem a base social necessária?

Para prosseguimento desta análise toma-se como ponto de partida o ano de 2010, marcado por um forte crescimento econômico e pela eleição de Dilma Rousef presidente, com base em um programa que criticava a política de privatização tucana, prometia a expansão dos níveis de emprego, além de vultuosos investimentos nos serviços públicos. Em 2011 com a renovação do PT na presidência o que vimos foi uma deterioração dos indicadores econômicos que culminaram com uma acentuada queda do PIB (de 7,5% em 2010 para 2,7% em 2011). Entretanto, é importante frisar que, apesar disto, o governo petista continuava bem avaliado nas pesquisas de opinião. Certamente esta avaliação positiva era consequência do crescimento econômico da era lulista, do aumento dos níveis de crédito à população, da política de financiamento pra casa própria (mesmo que limitada), etc. Em contrapartida, essa política do governo propiciou um maior endividamento do povo brasileiro e, o financiamento da casa própria foi baseado em uma política de juros elevados para um país com uma inflação controlada. Ademais, se de um lado o governo facilitava o crédito, do outro se deteriorava cada dia mais a qualidade dos serviços públicos ofertados a população. Esta dubiedade das ações do governo foi o combustível para as inúmeras mobilizações populares ocorridas em 2011, desde greve de funcionários públicos em todos os níveis, passando por greve de bombeiros e bancários; greves de trabalhadores de obras do PAC e da copa 2014 até a luta contra a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte. Já em relação ao ano de 2012, este foi marcado por uma piora, ainda maior, nos indicadores da macroeconomia brasileira, o que refletiu em um crescimento pífio de 0,9% para o PIB. Como política de contenção da crise, o governo buscou reduzir custos, e atrair investimentos, através de uma política de privatização da nossa infraestrutura, principalmente rodovias, portos e aeroportos, ao passo que destinou mais de 710 bilhões de reais para pagamento da dívida pública (superior aos 708 bilhões de 2011). Contudo, neste cenário de neoliberalismo mitigado, a sociedade civil organizada se mobilizou e promoveu em 2012 o maior número de greves desde o ano de 1997. Neste cenário de ascensão das lutas, acrescentamos ainda as manifestações contra o racismo, machismo e antihomofobia que mobilizaram milhares de pessoas em todo o Brasil.

Ademais, falar sobre a economia para entender a crise é muito pouco para o Brasil. Como no plano internacional, no Brasil esta crise também é impulsionada pelos aspectos ambientais e sociais. Por aqui, em consonância com um capitalismo consumista, o governo estimulou a aquisição de automóveis (em detrimento do transporte público), provocando um aumento exponencial no consumo de combustíveis, uma maior poluição do ar nas grandes cidades e uma busca intensa por novas fontes de combustíveis fósseis. Ainda no campo energético o governo optou pela construção de usinas hidrelétricas e termelétricas com o objetivo de dar sustentação a sua política de desenvolvimento. Opção esta que vandaliza ainda mais o meio-ambiente. Esse tipo de política tem levado o governo brasileiro a permitir o avanço sobre terras indígenas e a continuidade da política de leilões das reservas de petróleo e gás.

No plano social, temos percebido uma pressão conservadora (muitas vezes assimilada por setores do governismo) para criminalização de pessoas que demandam uma atenção especial do Estado (seja coletivamente ou individual), à exemplo dos menores em conflito com a lei e dos dependentes químicos. Em um cenário como este, os jovens acabam se transformando nas principais vítimas, pois são privados do acesso a políticas públicas em educação, saúde, cultura e lazer e, ainda, sofrem com uma inserção precarizada no mundo do trabalho, visto que uma parcela considerável destes não consegue empregos de acordo com o seu nível de estudo e qualificação. Desta maneira, sem acesso a políticas públicas e sem perspectivas de uma vida melhor, muitos jovens mergulham na dependência química, no mundo do tráfico e da violência, o que distorce as perspectivas de futuro de uma geração inteira. Este abandono, da juventude pobre pelo Estado, muito provavelmente contribuiu para um aumento da quantidade de jovens mortos por causas externas em 2012, segundo o mapa da violência.

Se a juventude não é prioridade do Estado brasileiro, o mesmo não se pode dizer em relação aos grandes eventos. Só em relação a copa 2014 a despesa prevista para os cofres públicos está orçada em mais de 30 bilhões de reais para atender ao “padrão FIFA”, enquanto que as despesas com as olimpíadas foram inicialmente previstas em 25,9 bilhões de reais, sendo a maior parte originada dos cofres públicos. Porém, os absurdos não se limitam ao dispêndio do dinheiro público. Para viabilizar a construção de estádios e outros aspectos da infraestrutura para a copa do mundo, o comitê da copa e os governos interessados têm passado por cima da história, cultura e memória de populações inteiras. Um exemplo claro dessa política de desrespeito foi a tentativa do governo do

Rio de Janeiro de demolir o Museu do Índio, a desapropriação de milhares de famílias de suas residências, à exemplo do que ocorreu em São Paulo, Fortaleza e Recife; a remoção da população pobre, de áreas valorizadas, como ocorreu no Rio de Janeiro (em áreas como Barra da Tijuca, Recreio, Jacarepaguá e Vargem Grande) para regiões periféricas que não contarão com o benefício das obras estruturantes da copa, sob o argumento de construção de obras para a copa ou olimpíada; além do aterramento de áreas alagadas em várias localidades sedes da copa, como Cuiabá e Natal. Enfim, o poder público e os mega investidores viram na copa do mundo e nas olimpíadas a oportunidade de grandes negócios, independente dos custos sociais e ambientais. Para a Copa 2014, o futebol é só um detalhe. Como se não bastassem todos estes problemas, as obras para a copa do mundo e as olimpíadas 2016 têm apresentado um preço exorbitante, o que tem reforçado as inúmeras denúncias de corrupção.

Como consequência, após 20 anos sem grandes mobilizações populares, uma nova geração foi às ruas protestar contra este estado de coisas. A grande maioria destes manifestantes não acompanhou as lutas dos anos 80 nem viveu politicamente os anos 90, logo não presenciaram as grandes mobilizações pelas diretas, não viram um candidato operário com um programa de esquerda quase chegar a presidência, não participaram das grandes mobilizações pelo fora collar e nem acompanharam politicamente os focos de mobilizações sindicais, e populares, contra o governo FHC e também não viveram/sentiram ou perceberam, politicamente, a importância da luta do MST no combate ao neoliberalismo tucano da década de 90.

Entretanto, estes jovens de junho vivenciaram plenamente todos os acertos e erros das ações dos governos, do parlamento, do judiciário, da mídia e da luta política da última década. Exatamente por isso algo lhes parecia estranho: como podemos estar vivendo em um país “sem inflação”; com crescimento nos níveis de emprego; que tirou milhões da miséria absoluta; com a educação básica praticamente universalizada; com políticas de cotas para acesso das “minorias” as universidades; com status de emergente na economia e na política internacional e, ao mesmo tempo, presenciar a falta de saneamento básico; ver milhares de pessoas sem atendimento médico nas filas dos hospitais, enquanto milhões são “obrigados” a pagar planos de saúde; a falta de qualidade na educação pública; o atraso tecnológico do país; a exploração da miséria humana na programação da mídia; milhões de brasileiros vivendo em favelas; a ineficiência, e os preços exorbitantes, dos transportes públicos; a insuficiência do valor do salário míni-

mo e a extrema violência nas periferias das grandes cidades? Entretanto, estes, e outros, questionamentos, por força dos instrumentos repressivos da nossa sociedade, não eclodiam em forma de reivindicações das massas populares e foram conformando um certo inconsciente coletivo (Jung), ou inconsciente social (Eric Fromm) no seio da população brasileira.

No entanto, eis que em um dado momento, atendendo ao chamado do “movimento passe livre”, um grupo de jovens, em sua maioria estudantes, vai às ruas pedir a revogação do reajuste dos preços das passagens dos transportes urbanos na cidade de São Paulo e é violentamente reprimido pela Polícia Militar paulista. A partir daí, o que vimos foi uma catarse coletiva e milhões de pessoas passam a ocupar as ruas e praças exigindo, inicialmente, a redução dos valores dos bilhetes nos transportes públicos. Porém, o que parecia ser um movimento pontual rapidamente se transformou em uma luta muito mais ampla, com uma pauta bastante diversificada, demonstrando assim que parte do inconsciente coletivo da juventude brasileira tornava-se um consciente coletivo e iria gerar a combustão necessária para que os jovens (e posteriormente uma população adulta, mesmo que em minoria) fossem às ruas exigir mudanças. Ademais, é importante frisar que apesar de ter se passado duas décadas para que houvessem novamente grandes manifestações populares no Brasil, os movimentos sociais realizaram nesse período várias manifestações, porém não conseguiam mobilizar a população, que continuava “adormecida”.

Nos protestos de junho de 2013 os jovens levantaram a bandeira do passe livre e/ou redução do valor das passagens urbanas como ponto de partida da luta, mas rapidamente vários pontos foram acrescentados à pauta das mobilizações, destacando-se as seguintes bandeiras: “punição aos corruptos”, “contra a PEC 37” (que pretendia proibir o Ministério Público de fazer investigações), “o governo deveria oferecer um transporte gratuito e educação de qualidade”, “investigação sobre o uso do dinheiro da Copa”, “corrupção deve ser crime hediondo” “fim do foro privilegiado”, “fim das regalias dos políticos”, “10% do PIB para educação Pública”, “queremos hospitais padrão fifa” “pelo fim da violência contra os pobres”. A estes pontos da pauta soma-se, em alguns casos, o enfrentamento mais direto das mobilizações com prefeitos, governadores e parlamentares, como é o caso do Rio de Janeiro, onde o prefeito da capital e o governador do Estado viram despencar seus índices de popularidade, o que também ocorreu com a Presidente da República.

Considerando os pontos de pauta elencados acima, percebe-se claramente a ligação entre estes e as condições concretas da vida do povo brasileiro. Como resposta a estas bandeiras, e com o intuito de evitar um desgaste político ainda maior, o governo Federal, o Congresso Nacional e vários governos estaduais e municipais, logo apresentaram propostas sob o pretexto de responder as demandas populares (e acalmar as massas).

No plano federal, a Presidente Dilma apresentou 5 propostas que ela denominou de pactos. O primeiro se refere a manutenção do pacto com os credores (denominado de pacto de responsabilidade fiscal) e o segundo pacto da presidente, seria, de fato, com as elites políticas, visto que propunha uma constituinte exclusiva, eleita com a regra do jogo atual, para discutir uma reforma política. Nos demais pactos, o governo acenou com verbas dos royalties do petróleo e dos recursos do pré-sal para educação, mas não assumiu nenhum compromisso com os 10% do PIB para educação; em relação a Saúde o governo federal pediu para governadores e prefeitos acelerarem as construções de unidades de saúde em andamento, criou o programa “mais médicos”, mas não apresentou nenhuma proposta com vistas a aumentar os recursos para a saúde e criar uma carreira de Estado para os profissionais de saúde; já no tocante a mobilidade urbana a Presidente anunciou um pacote de 50 bilhões de reais para investimentos. Destes pactos propostos, os dois primeiros refletem a retórica dos últimos governos do Brasil, ou seja, a importância da responsabilidade fiscal e a “urgência” da reforma política. Entretanto, os outros três pactos, só foram apresentados pelo governo federal porque houve pressão das ruas e, também, porque era preciso atenuar a queda da popularidade do governo petista. No mais, é importante destacar que, embora o governo não tenha atendido a pauta popular no tocante a saúde, educação e mobilidade, é possível mensurar no curto e médio prazo, a eficácia dos 3 pactos do governo. Neste sentido, é perfeitamente possível em junho de 2014 fazer um balanço do que andou na educação (quanto entrou de verba vinda do petróleo; o que foi possível fazer com estes recursos? O que aconteceu nos Estados e municípios como consequência da ação do governo?); Pode-se após doze meses avaliar o que mudou no SUS (houve redução nas filas de espera para atendimento, exames especializados e cirurgias? Melhorou significativamente o funcionamento das UBSF? Temos mais, e melhor distribuídos, leitos hospitalares?); No tocante a mobilidade urbana perceberemos claramente em junho de 2014 o que mudou ou não em nossas cidades. Enfim, se os pactos propostos pelo governo vão se concretizar na prática, não é possível saber, mas

certamente só tivemos estas iniciativas por parte do governo federal porque os jovens foram às ruas exigir, também, serviços de qualidade.

No campo do Legislativo Federal as jornadas de junho também obtiveram importantes vitórias. Entre estas podemos destacar o sepultamento da PEC 37 que impedia o ministério público de realizar investigações, a tipificação da corrupção como crime hediondo e o fim do voto secreto em votações da casa (ainda em andamento). No tocante a pauta específica do movimento, até a data de 19 de junho mais de 50 cidades já haviam reduzido as tarifas de transportes públicos, entre estas 14 capitais. Entretanto, foi exatamente nos Estados/municípios onde as mobilizações nasceram e foram mais forte, ou seja São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais (Belo Horizonte) que os respectivos governos mais resistiram em reduzir as tarifas. Como em todo o Brasil, Nestes três Estados mesmo após a redução do preço das tarifas dos transportes os jovens continuaram a luta seja pela melhoria dos serviços públicos, seja contra o dispêndio de recursos públicos em obras da copa, seja por uma pauta local, como foi o caso dos protesto contra o governo do Rio de Janeiro. No mais, o movimento também obteve conquistas importantes em alguns Estados que aprovaram, nas Assemblèias Legislativas, o passe livre (mesmo que limitado) nos transportes de suas regiões metropolitanas.

Nas lutas de junho além dos pontos já mencionados, outros aspectos relevantes foram a mobilização espontânea da juventude, a convocação das mobilizações via redes sociais, a ausência das entidades dos movimentos sociais da linha de frente e o repúdio aos partidos políticos. A princípio, a ausência de entidades como UNE, UBES, CUT, entre outras, do comando das manifestações, é compreensível pelo fato destas integrarem a base social de sustentação do governo federal e, em muitos casos, de governos estaduais e municipais, o que do ponto de vista político as impediam de fomentar manifestações de tamanha envergadura e independência política. Mas, naquele momento histórico, a multidão foi às rua, e se não tinha liderança pra puxar o movimento, tinha a bandeira da redução das tarifas pra mobilizar as angústias, as necessidades e o sofrimento da massa que “explodiu” em uma catarse coletiva, dando forma as reivindicações da classe.

Pela primeira vez no Brasil, não se visitou a rede escolar com antedecência pra convocar para as manifestações, não se distribuiu panfletos nos locais de concentração pública, não foi utilizado carro de som para fazer divulgação e não era preciso explicar a necessidade dos protestos (os jovens as sentiam). Nes-

te novo momento, as pessoas ficavam sabendo dos atos através do facebook, twitter, ou por outras redes sociais. Nestas manifestações, ao invés de muitas faixas e bandeiras, os destaques foram os inúmeros cartazes elaborados na rua nos momentos que antecediam a partida da massa. Do mesmo modo, tais protestos não contavam com um líder que pudesse falar pelo conjunto, o que tornava difícil o estabelecimento de mesas de negociação. Nestas manifestações, os políticos não tinham vez. Os partidos não eram bem vindos! Mas porque isto aconteceu?

Neste aspecto é importante destacar que a maioria dos jovens que foram às ruas, praças, palácios e parlamentos, como dito anteriormente, não viveu os anos 80 nem viveu politicamente os anos 90, logo não acompanhou/não sentiu/não viveu a importância de partidos como PC do B, e PT na resistência aos tempos de neoliberalismo de Collor e FHC. Estes jovens conheceram o PT e todas as suas referências públicas no momento em que este partido governa o país através de alianças com parte dos setores mais conservadores da política nacional, tendo como eixo programático a pauta da “realpolitik”, que coloca o setor financeiro, o agronegócio e a conquista de mercados internacionais para o capital brasileiro com prioritário, cabendo ao governo brasileiro atender o povo apenas através de medidas compensatórias, pois não sobram recursos para oferecer serviços públicos de qualidade. Por conseguinte, este PT que governa o Brasil não representa os interesses da juventude em luta. Do mesmo modo, os partidos da direita tradicional também não atende a estes jovens. Ora se a esquerda governista não representa os anseios dos jovens, então porque estes também não se sentem representados pelos partidos da esquerda anticapitalista? Isto ocorre devido ao fato de partidos como Psol, Pstu e Pcb ainda não disporem de uma ampla base social e institucional que faça refletir no meio das massas o resultado de suas ações na luta política cotidiana. Porém, além do fato do PT ter se tornado um partido da ordem e dos partidos anticapitalistas não terem base social, não se pode desconsiderar que ao perceber a insatisfação das massas com a presença dos partidos, muito provavelmente militantes de grupos ultraconservadores presentes nas mobilizações tenham estimulado estes sentimentos e, principalmente, tenham tomado a frente de atos de intimidação e violência contra militantes de esquerda.

A partir do exposto, percebe-se que as manifestações de junho de 2013 não foram “gritos no silêncio”, pois desde o ano de 2011 observa-se uma progressão na quantidade de mobilizações no Brasil. É possível afirmar também que

o preço das tarifas dos transportes públicos serviu apenas como estopim para uma explosão de indignação dos nossos jovens frente a uma política que “garante” uma estabilidade econômica momentânea, mas não permite uma melhoria na qualidade dos serviços prestados à população. Milhões de jovens foram às ruas para dizer chega de impunidade pra os de cima, enquanto os de baixo são vítimas do crime e da violência institucional; milhões de rapazes e moças saíram em marcha para exigir escolas e hospitais públicos “padrão fifa”; mas a luta também foi pelo passe livre nos transportes públicos. Este foi o espírito que embalou a multidão em busca de direitos. Entretanto, a juventude precisa ficar atenta e cobrar resultados práticos no atendimento da pauta, caso contrário, em 2014, deve voltar às ruas aos milhões pra dizer “quem sabe faz a hora não espera acontecer”. Ou seja, será a capacidade destes jovens de novamente tomarem às ruas pra defender suas bandeiras que determinará se os protestos de junho foram o início de uma etapa de mudanças no Brasil, ou se mais uma vez a classe política brasileira conseguiu contornar as revoltas evitando entrar em “xeque”.



ISBN: 978-85-7879-172-8

